

COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
MUNICÍPIOS DE ALMEIRIM, ALPIARÇA E CHAMUSCA

CADERNO II – Plano de Acção



ÍNDICE:

1 - INTRODUÇÃO	4
2 - ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	5
3 - ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO	6
3.1 – Carta de Combustíveis Florestais	7
3.2 – Carta de Perigosidade e de Risco de Incêndio	9
3.3 – Carta de Prioridades de Defesa	12
3.4 – Condicionalismos à Edificação	13
4 – OBJECTIVOS E METAS DO PIMDFCI	14
5 - 1.º EIXO ESTRATÉGICO - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	15
5.1 – Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	17
5.1.1 – Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (MPGC)	17
5.1.2 - Rede Viária Florestal	20
5.1.3 – Rede de Pontos de Água	21
5.1.4 – Silvicultura no âmbito da DFCI	23
5.2 – Planeamento das Acções referentes ao 1.º Eixo Estratégico	24
5.2.1 – Ano 2013	24
5.2.2 – Ano 2014	25
5.2.3 – Ano 2015	26
5.2.4 – Ano 2016	27
5.2.5 – Ano 2017	28
5.3 – Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis – Distribuição por área ocupada / ano	29
5.3.1 – Rede Viária Florestal	44
5.3.2 – Rede de Pontos de Água	48
5.4- Metas e Indicadores	50
5.5 – Orçamentos e Responsáveis	56
6 - 2.º EIXO ESTRATÉGICO – Redução da Incidência dos Incêndios	59
6.1 – Objectivos Estratégicos e Operacionais	60

6.2 – Acções a Desenvolver	60
6.3 – Comportamentos de Risco	61
6.4 – Fiscalização	62
6.5 – Planeamento das acções referentes ao 2.º eixo estratégico	63
6.5.1 – Sensibilização	63
6.5.2 – Fiscalização	64
6.5.3 – Metas e Indicadores	65
6.5.4 – Orçamento e Responsáveis	67
7 - 3.º EIXO ESTRATÉGICO – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios	68
7.1 – Objectivos Estratégicos	68
7.2 – Objectivos Operacionais	68
7.3 – Acções a desenvolver	69
7.4 – Vigilância e Detecção	69
7.5 – 1.ª Intervenção	71
7.6 – Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	75
7.7 – Planeamento das Acções referentes ao 3.º Eixo Estratégico	76
7.7.1 – Metas e Indicadores	77
8 - 4.º EIXO ESTRATÉGICO – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas	77
8.1 – Objectivos Estratégicos e Operacionais	78
8.2 – Planeamento das Acções referentes ao 4.º Eixo Estratégico	79
8.2.1 – Estabilização de Emergência	79
8.2.2 – Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais	80
9 - 5.º EIXO ESTRATÉGICO – Adopção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz	81
9.1 – Objectivos Estratégicos e Operacionais	81
9.2 – Planeamento das acções referentes ao 5.º Eixo Estratégico	82
9.2.1 – Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI)	82
10 – ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PIMDFCI	85
10.1 – Orçamento Total	85

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Carta de Combustíveis Florestais	8
Figura 2 – Mapa da Perigosidade de Incêndio dos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	10
Figura 3 – Mapa do Risco de Incêndio dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	12
Figura 4 - Carta de Prioridades dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	13
Figura 5 - Mapa da rede de FGC e MPFC	19
Figura 6 – Mapa da Rede Viária Florestal dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	21
Figura 7 - Rede de Pontos de Água dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	22
Figura 8 – Silvicultura Preventiva	23
Figura 9 – Rede de defesa da floresta contra incêndios executada em 2013, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	24
Figura 10 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2014, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	25
Figura 11 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2015, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	26
Figura 12 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2016, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	27
Figura 13 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2017, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	28
Figura 14 – Mapa com identificação de áreas prioritárias de fiscalização	65
Figura 15 – Vigilância e Detecção nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	70
Figura 16 – Tempos de chegada para a 1.ª intervenção nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	72

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Tipificação dos concelhos (1997 – 2011)	14
Quadro 2 - Objectivos e Metas do PIMDFCI dos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	15
Quadro 3 – Distribuição por concelho da área ocupada por cada FGC e respectiva área de intervenção / Ano	29
Quadro 4 – Distribuição da Rede Viária Florestal por Concelho / Ano	44
Quadro 5 – Identificação dos pontos de água a intervir por concelho, no período de 2013 a 2017	48
Quadro 6 – Metas e Indicadores para a Rede de DFCI – FAIXAS DE GERSTÃO DE COMBUSTÍVEL - no período de 2013 a 2018, para os municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	50
Quadro 7 - Metas e Indicadores para a Rede de DFCI – REDE VIÁRIA FLORESTAL - no período de 2013 a 2018, para os municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	53
Quadro 8 - Metas e Indicadores para a Rede de DFCI – REDE DE PONTOS DE ÁGUA - no período de 2013 a 2018, para os municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	54
Quadro 9 – Estimativa de Orçamentos e Responsáveis	56
Quadro 10 – Acções a desenvolver no âmbito da sensibilização nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca	61
Quadro 11 – Comportamentos de risco segundo o grupo alvo	62
Quadro 12 – Inventariação do n.º de autos de contra-ordenação levantados, por tipologia de situações previstas na legislação, no ano anterior (2012)	63
Quadro 13 – Acções de Sensibilização	64
Quadro 14 – Metas e Indicadores	66
Quadro 15 – Orçamentos e Responsáveis	67
Quadro 16 - Índice entre o n.º de incêndios florestais e n.º total de equipas de vigilância e detecção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo – Ano 2012	71
Quadro 17 – Índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas e n.º de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo – Ano 2012	73
Quadro 18 – Metas e Indicadores	77
Quadro 19 – Entidades intervenientes no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI) e identificação das respectivas competências	83

<i>Quadro 20 – Programa de Formação</i>	<i>84</i>
<i>Quadro 21 – Calendarização anual das reuniões da CIMDFCI</i>	<i>84</i>
<i>Quadro 22 – Estimativa Orçamental do PIMDFCI dos concelhos de Almerim, Alpiarça e Chamusca</i>	<i>85</i>

ÍNDICE DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 – Tempos de Chegada na 1.ª Intervenção no Concelho de Almerim/Freguesias</i>	<i>74</i>
<i>Gráfico 2 – Tempos de Chegada na 1.ª Intervenção no Concelho de Alpiarça</i>	<i>74</i>
<i>Gráfico 3 - Tempos de Chegada na 1.ª Intervenção no Concelho de Chamusca/Freguesias</i>	<i>75</i>
<i>Gráfico 4 – Reacendimentos nos Concelhos de Almerim, Alpiarça e Chamusca – Período 2002 / 2012 ...</i>	<i>76</i>

1 - INTRODUÇÃO

Os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) visam operacionalizar ao nível local e municipal as normas contidas na legislação de DFCI, em especial no decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a actual redacção dada pelo decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, e legislação complementar, nomeadamente o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e os Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

Devem ainda ser consideradas as orientações emanadas por outros instrumentos de planeamento florestal, designadamente a Estratégia Nacional para as Florestas, as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas e os planos de gestão florestal e instrumentos de gestão das ZIF (Zonas de Intervenção Florestal).

Os PMDFCI devem ainda estar enquadrados no sistema de planeamento e gestão territorial, nomeadamente no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Planos Especiais de Ordenamento do Território e Planos Regionais e Municipais de Ordenamento do Território.

O Plano que se apresenta neste relatório, é referente a 3 municípios que em 2007 resolveram constituir uma Comissão Intermunicipal de DFCI e respetivo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal – Almeirim, Alpiarça e Chamusca.

A Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dos Municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, apresente este Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios dinâmico, e que será melhorado e actualizado sempre que necessário.

Os incêndios florestais são um flagelo que todos os anos surgem no nosso país, e todos os anos ouvimos falar de má gestão dos povoamentos florestais, de práticas agrícolas incorrectas e de atitudes negligentes ou mesmo intencionais.

O ano de 2003 ficou na memória, mas após 10 anos o flagelo regressou e a área ardida deixou um grande rasto de destruição. Com este panorama, já não é novidade a destruição maciça da floresta portuguesa, nos últimos anos, devido ao risco de incêndio, à forma como o fogo é frequentemente utilizado junto das zonas florestais e ao próprio comportamento do fogo, colocando em risco bens e populações.

As perspectivas relativamente às alterações climáticas em Portugal apontam para uma subida da temperatura global (maior número de dias com mais de 35°C) e maiores períodos de seca, levando ao aumento de risco de fogos florestais.

Dada a gravidade e amplitude deste problema, torna-se cada vez mais claro que, para além das necessárias medidas a desenvolver e a implementar pelos organismos responsáveis e proprietários florestais, a prevenção e minimização dos incêndios florestais precisa de um profundo envolvimento de todos os cidadãos.

2 - ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O **Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI)** é um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam concretizar os objectivos estratégicos definidos e quantificados nos vários instrumentos referidos anteriormente.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, o PIMDFCI deve conter:

- ✓ Todas as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios e sua prevenção;
- ✓ Previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas na DFCI, perante eventual ocorrência de incêndios.

O **PIMDFCI** tem como principais objectivos:

- ✓ Definir as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios;
- ✓ Definir as medidas de prevenção;
- ✓ Estabelecer o planeamento integrado e a previsão das intervenções das diferentes entidades envolvidas, perante a eventual ocorrência de incêndios.

A estrutura e o conteúdo do **PIMDFCI** são definidos pelo Despacho n.º 4345/2012, de 27 de Março, e as linhas orientadoras encontram-se definidas no Guia Metodológico elaborado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A elaboração dos **PIMDFCI** deve ser sustentada nas características dos concelhos onde estão inseridos, nomeadamente, as decorrentes da sua natureza urbana ou rural bem como das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais. É nesta base que, a nível intermunicipal, é operacionalizada e implementada a estratégia de DFCI.

O presente Plano está estruturado para que seja possível a sua permanente actualização, garantindo a melhoria contínua das medidas de prevenção e combate a incêndios florestais, bem como o reforço da coordenação das entidades públicas e privadas com responsabilidade na gestão das áreas florestais concelhias.

Dado que a implementação do **PIMDFCI** passa por uma gestão sustentável dos espaços florestais, o mesmo deve ser entendido como uma ferramenta de desenvolvimento económico e social concelhio.

3 - ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO

Neste capítulo apresentamos a vulnerabilidade dos concelhos quanto ao risco de incêndio, através das seguintes cartas:

- a) Modelo de combustíveis florestais;
- b) Cartografia de risco de incêndio:

- Perigosidade de incêndio florestal;
 - Risco de incêndio florestal;
- c) Prioridades de defesa.

3.1 – Carta de Combustíveis Florestais

O mapa de combustíveis florestais é construído através de 13 modelos de combustíveis, definidos segundo o seu grupo de vegetação ou resíduos, associando critérios de altura, extensão, cobertura à superfície, muito ou pouco inflamável, etc.

Sendo assim:

- ✓ Modelos 1, 2 e 3 – Grupo Herbáceo;
- ✓ Modelos 4, 5, 6 e 7 – Grupo Arbustivo;
- ✓ Modelos 8, 9 e 10 – Grupo da Manta Morta;
- ✓ Modelos 11, 12 e 13 – Grupo dos Resíduos Lenhosos.

O mapa apresentado na Figura 1 apresenta os modelos de combustíveis para os concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca. O modelo 12 é aquele que mais sobressai pela análise da figura, no entanto, a ocupação do solo da Carta Corine Land Cover que se usou neste capítulo não permite dividir o território em vários modelos de combustíveis.

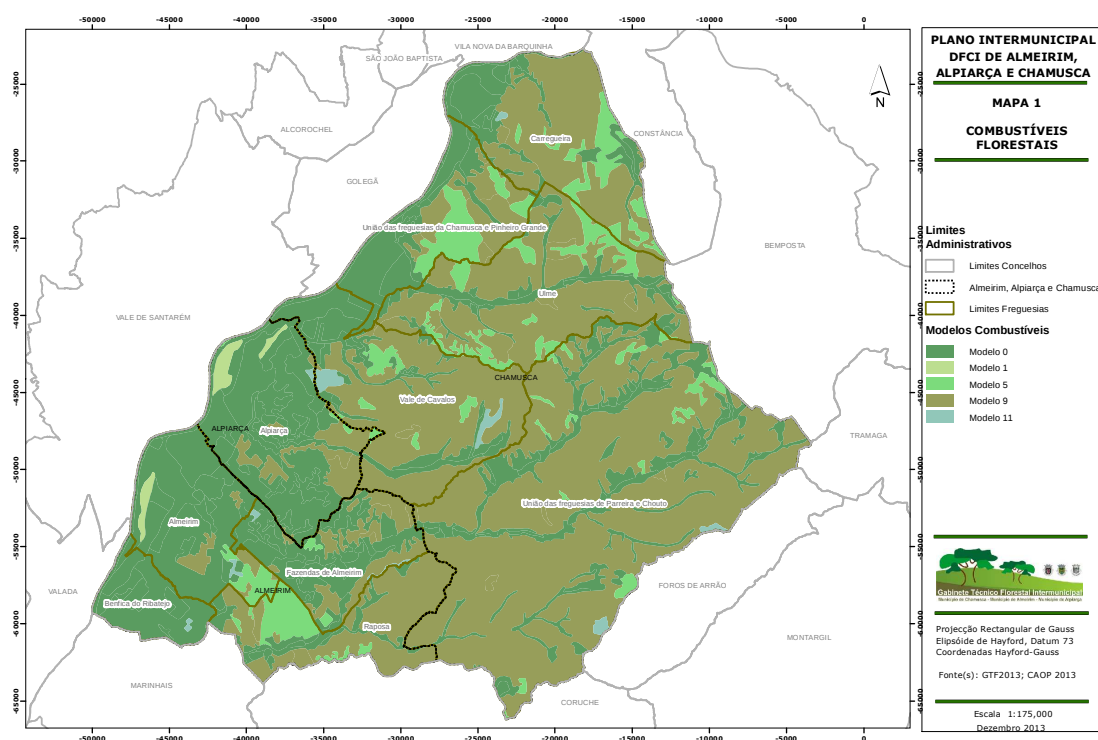


Figura 1 - Carta de Combustíveis Florestais

A aplicação destes modelos está associada a:

- ✓ Modelo 1 – montado, pastagens anuais ou perenes ou restolhos;
- ✓ Modelo 5 – qualquer formação arbustiva jovem ou com pouco combustível morto, sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub-lenhosa verde ou eucaliptal com sub-bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da superfície;
- ✓ Modelo 9 – folhada em bosque denso de coníferas e folhosas;
- ✓ Modelo 11 – formações florestais sujeitas a operações de desramação e desbaste, selecção de toijas (eucaliptal) ou a cortes parciais ligeiros;

3.2 – Carta de Perigosidade e de Risco de Incêndio

A Perigosidade de incêndio florestal define-se como a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso e é particularmente indicado para acções de prevenção.

O Risco de incêndio florestal pode definir-se como a probabilidade de uma perda e depende de três elementos: perigosidade, vulnerabilidade e valor económico. Combina as componentes do mapa de perigosidade com a vulnerabilidade e o valor económico, para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa o leitor acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado.

A produção da cartografia de perigosidade e de risco de incêndio dos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, teve como base o Guia Técnico para Elaboração do PMDFCI de 2012.

Esta cartografia constitui assim um instrumento de análise, planeamento e ordenamento importante, que não deve ser encarada como um produto final, mas sim como uma cartografia actualizável, que relaciona várias componentes importantes na defesa da floresta contra incêndios.

A ocupação do solo utilizada no cálculo destes dois mapas, foi a CORINE Land Cover 2006, disponível em <http://www.igeo.pt>. Esta cartografia estando a uma escala 1: 100 000 não representa o território correctamente, principalmente numa escala municipal ou intermunicipal. No entanto, é o que actualmente o GTF tem disponível.

As classes de perigosidade definidas na **Figura 2**, estão divididas em;

- ✓ Muito Baixa;
- ✓ Baixa;
- ✓ Média;
- ✓ Alta;
- ✓ Muito Alta.

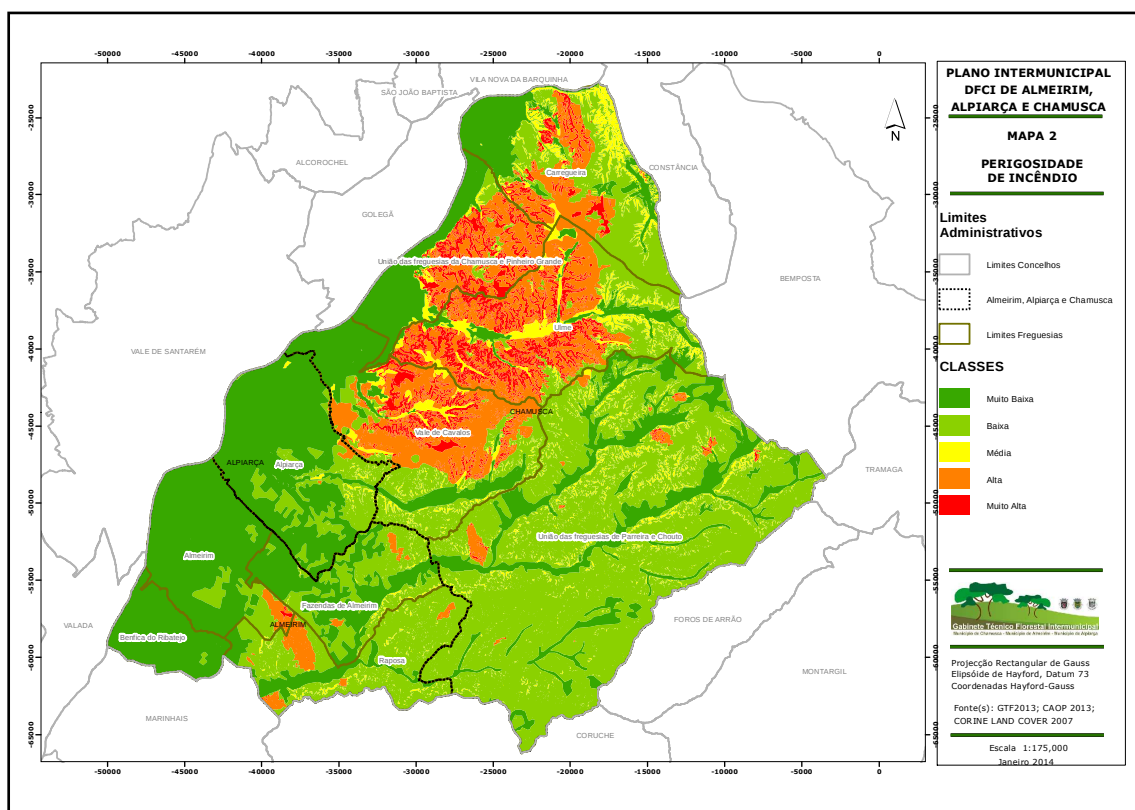


Figura 2 – Mapa da Perigosidade de Incêndio dos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

Na visualização da perigosidade de incêndio, o incêndio de 2003 salienta-se pela enorme susceptibilidade que apresenta à ocorrência destas catástrofes. A norte do **concelho de Chamusca**, encontramos as áreas com maior perigo de incêndio, não só pelo tipo de povoamentos – eucalipto e pinheiro – mas também pela morfologia do terreno que é mais acidentado do que no restante território.

O **concelho de Alpiarça** não apresenta áreas preocupantes, ao nível da perigosidade de incêndio, pois também a área florestal é menos significativa.

Quanto ao **concelho de Almeirim**, este apresenta uma área que abrange as freguesias de Almeirim e Raposa, coincidente com uma grande mancha florestal de eucalipto.

As classes de risco definidas na **Figura 3**, estão divididas em:

- ✓ Muito Baixo;
- ✓ Baixo;
- ✓ Médio;
- ✓ Alto;
- ✓ Muito Alto.

Este mapa deriva da combinação dos componentes do mapa de perigosidade com os componentes da vulnerabilidade e do valor económico do território, face ao fenómeno que é um incêndio florestal.

Analisando o mapa de risco apresentado, o **concelho de Chamusca** tem grandes manchas de risco alto e muito alto. No entanto, e como já foi referido, a cartografia de base do uso do solo, é um pouco vaga na definição concreta do tipo de espécie florestal que encontramos neste concelho. A norte encontramos áreas de eucalipto e pinheiro e a sul, as grandes áreas de montado de sobro onde a perda de valor é bem maior.

O **concelho de Alpiarça**, apresenta algumas manchas de risco alto na fronteira com o concelho de Chamusca e onde se localiza a mancha florestal deste concelho.

O **concelho de Almeirim**, apresenta algumas manchas de risco alto e muito alto, sendo as primeiras de maior significado, principalmente na freguesia de Raposa.

Face aos resultados destes mapas, a necessidade de cartografia mais correcta e mais demonstrativa da realidade destes três concelhos relativamente à ocupação do solo, deverá ser uma prioridade para um melhor planeamento face à perigosidade e risco de incêndio.

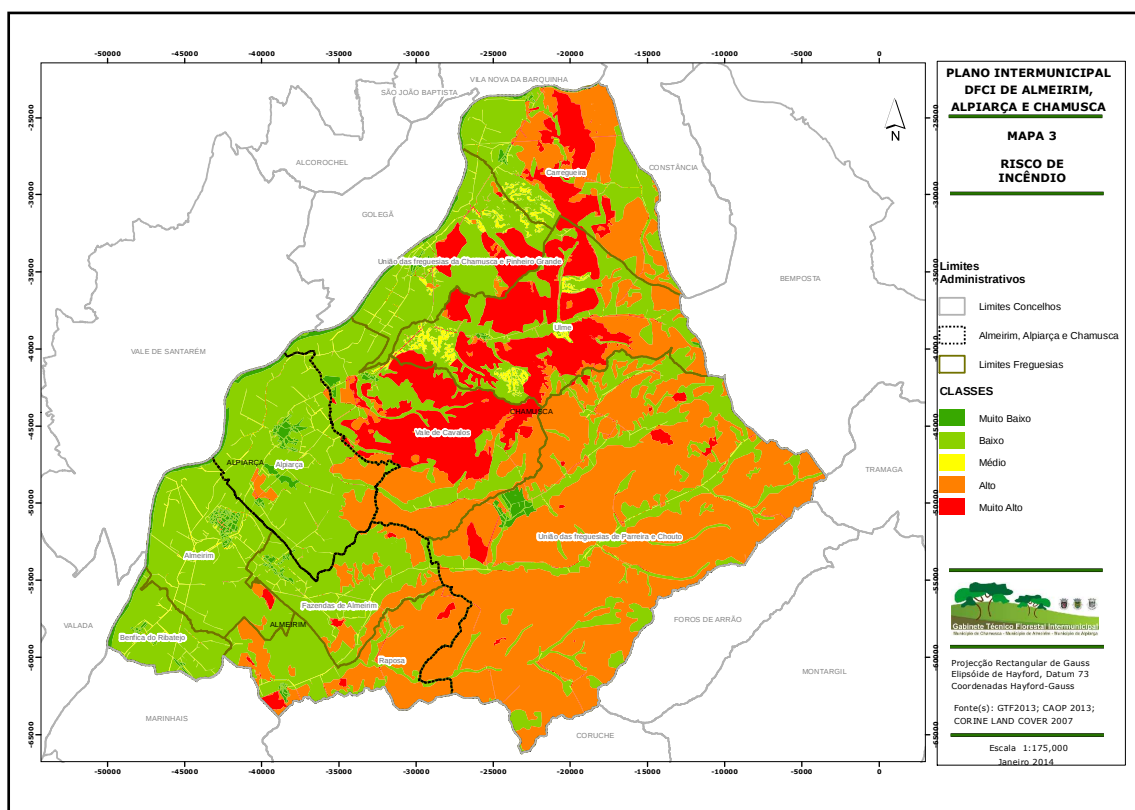


Figura 3 – Mapa do Risco de Incêndio dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

3.3 – Carta de Prioridades de Defesa

O mapa de prioridades de defesa, tem como objectivo identificar quais os elementos que interessa proteger, constituindo para esse fim prioridades de defesa.

Associadas a estes elementos considerados de prioritários, encontram-se as manchas de risco de incêndio alto e muito alto, ficando uma perspectiva da prioridade que cada elemento representa no território.

Assim, os elementos considerados de prioritários e de interesse defender são (ver **Figura 4**):

- ✓ Zonas actividades económicas dos três concelhos;
- ✓ ECO-Parque do Relvão, freguesia de Carregueira;
- ✓ Todos os aglomerados populacionais dos três concelhos.

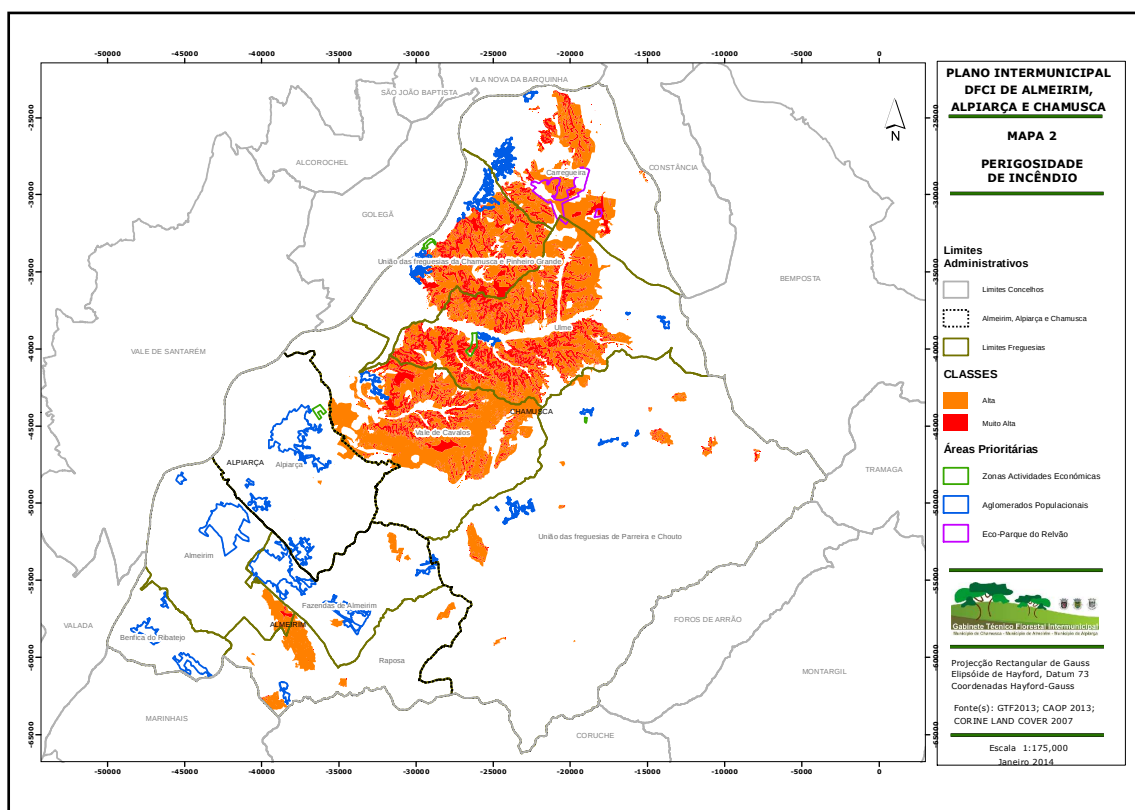


Figura 4 - Carta de Prioridades dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

3.4 – Condicionaismos à Edificação

Relativamente aos condicionaismos à edificação previstos no art. 16.º do decreto-lei n.º 124/2006, de 28/06 com a actual redacção dada pelo decreto-lei n.º 17/2009, 14/01, é proibida a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria nos terrenos classificados no presente plano, como risco (perigosidade) das classes alta e muito alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes de DFCI.

A garantia de uma faixa de protecção de 50m de distância à estrema da propriedade bem como a adopção de medidas especiais de resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no local e envolvente, serão algumas regras a impor na construção de novas edificações em zonas rurais ou fora das áreas edificadas consolidadas.

4 – OBJECTIVOS E METAS DO PIMDFCI

Os objectivos e metas a definir neste PIMDFCI, devem ser estabelecidas com o intuito de cumprir o preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, que enuncia a estratégia nacional para a defesa da floresta contra incêndios.

Sendo assim, e para o período de 2012 a 2018, as metas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) são:

- Em 2018 verificar uma área ardida anual inferior a 0.8% da superfície florestal constituída por povoamentos;
- Redução até 2018 para menos 75, do número de incêndios activos com duração superior a 24h;
- Diminuição para menos 0.5% do número de reacendimentos.

Para definirmos as metas e objectivos dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, é necessário analisar a tipificação dos concelhos no que respeita às duas variáveis estruturantes, n.º de ocorrências e área ardida.

Quadro 1 - Tipificação dos concelhos (1997 – 2011)

POUCAS OCORRÊNCIAS		MUITAS OCORRÊNCIAS	
T1	Pouca área ardida	T3	Pouca área ardida
T2	Muita área ardida	T4	Muita área ardida

Fonte: ICNF, 2012

No presente PIMDFCI encontram-se três concelhos muito díspares quanto à tipificação.

O **concelho de Almeirim** está classificado como **T1** – poucas ocorrências e pouca área ardida, o **concelho de Alpiarça** está como **T3** – muitas ocorrências mas pouca área ardida e o **concelho de Chamusca**, está classificado como **T2** – poucas ocorrências e muita área ardida.

Analisando estes dados, e com o conhecimento das causas dos incêndios, suas motivações e localização geográfica, os objectivos e metas deste PIMDFCI para os três municípios são:

Quadro 2 - Objectivos e Metas do PIMDFCI dos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

	METAS E OBJECTIVOS
ALMEIRIM	✓ Reduzir o número de incêndios causados por negligência, designadamente através de sensibilização, sinalização, informação, divulgação do risco e acções de queima tecnicamente assistida;
ALPIARÇA	✓ Reduzir o número de incêndios com causa intencional, designadamente através da estabilização dos usos e ocupações do solo (caça, construção e outros);
CHAMUSCA	✓ Reduzir o tempo de intervenção, melhorando os circuitos de vigilância, a rede de comunicação, a organização do dispositivo local e o pré-posicionamento dos recursos de combate;
	✓ Reduzir a carga combustível nas áreas prioritárias;
	✓ Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais, nomeadamente através da definição das funções de uso do solo, da adopção de modelos de silvicultura adequados, do ordenamento do território e da promoção da gestão florestal activa.

5 - 1.º EIXO ESTRATÉGICO - Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

Neste eixo estratégico, é importante aplicar de forma ordenada sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo.

O 1.º eixo estratégico está relacionado com o ordenamento e planeamento do território florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destine a potenciar a sua utilidade social.

Os incêndios são acontecimentos naturais dos ecossistemas e como tal, a sua completa eliminação é praticamente impossível. Porém, uma gestão activa nos espaços florestais, em que se apliquem nos devidos locais sistemas de gestão de combustível adequados, permite aumentar o nível de segurança dos recursos e das populações.

É então necessário promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas, designadamente povoamentos florestais com valor económico e de relevante interesse natural e paisagístico.

O objectivo estratégico define-se pela promoção da gestão florestal e intervenção preventiva nas áreas estratégicas, através das seguintes acções:

- ✓ Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível;
- ✓ Promover acções de silvicultura preventiva;
- ✓ Manter redes de infra-estruturas (rede viária e rede de pontos de água);

De forma a clarificar os conceitos de silvicultura, rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, no âmbito da DFCEI, apresentam-se as definições e objectivos (decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a actual redacção dada pelo decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro):

CONCEITO	DEFINIÇÃO	OBJECTIVO
Silvicultura	Conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural	Diminuir o perigo de incêndio e garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo
Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC)	Conjunto de parcelas lineares de território, onde se garante a remoção total ou parcial de biomassa florestal, através da afectação a usos não florestais e do recurso a determinadas actividades ou a técnicas silvícolas	Diminuir o perigo de incêndio
Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)	Conjunto de parcelas do território no interior dos compartimentos definidos pela rede primária e secundária, onde, através de acções de silvicultura, se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais	Diminuir o perigo de incêndio

Fonte: Guia Técnico PMDFCI

5.1 – Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

5.1.1 – Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (MPGC)

As faixas de gestão de combustível (FGC) cumprem um importante papel na prevenção de incêndios e constituem redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar, designadamente:

- a) Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção directa de combate ao fogo;
- b) Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infra-estruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- c) Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As redes primárias de FGC, são de interesse regional e cumprem todas as funções referidas anteriormente, desenvolvendo-se nos espaços rurais.

As redes secundárias, são de interesse municipal ou local, e no âmbito da protecção civil de populações e infra-estruturas, cumprem as funções referidas nas alíneas b) e c) e desenvolvem-se sobre:

- ✓ As redes viárias e ferroviárias públicas;
- ✓ As linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica;
- ✓ As envolventes dos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques e polígonos industriais, às plataformas logísticas e aos aterros sanitários.

As redes terciárias são de interesse local e cumprem apenas a função referida na alínea c), apoiando-se nas redes viária, eléctrica e divisional das unidades locais de gestão florestal ou agro-florestal, sendo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão florestal.

Assim, e segundo o n.º1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, é obrigatório que a entidade responsável providencie:

- ✓ Pela **rede viária** a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante, numa **largura não inferior a 10 m**;
- ✓ Pelas **linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em muito alta e em alta tensão**, a gestão de combustível numa faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de **largura não inferior a 10 m**, para cada um dos lados;
- ✓ Pelas **linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica em média tensão**, a gestão de combustível numa faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de **largura não inferior a 7m**, para cada um dos lados;
- ✓ Nos **aglomerados populacionais** inseridos ou confinantes com espaços florestais, a gestão de combustível numa faixa exterior de protecção de **largura mínima não inferior a 100 m**.

A gestão de combustível nas áreas referidas anteriormente é da competência dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades, que detenham terrenos inseridos nas faixas.

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que detenham terrenos confinantes a edificações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível **numa faixa de 50 m à volta das mesmas**.

Nos **Concelhos de Alpiarça e Chamusca** foram definidas redes primárias de FGC pelo Conselho Nacional de Reflorestação, através da Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo.

As FGC que compõem a rede secundária, foram definidas de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, abrangendo edificações rurais, aglomerados populacionais, áreas industriais e aterros sanitários, bem como a rede viária e as redes distribuição eléctrica de alta, muito alta tensão e média tensão.

Os mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPGC) são áreas de terrenos estrategicamente localizadas, que poderão contribuir como faixas de interrupção de combustível, podendo ser considerados para tal, elementos do território como: terrenos agrícolas, águas interiores, terrenos percorridos por incêndios nos últimos 2 anos, afloramentos rochosos, parques eólicos e infraestruturas desportivas.

No caso dos três concelhos em análise, não estão definidos MPGC. No entanto, e sendo este um plano actualizável sempre que necessário, poderão vir a ser definidos mosaicos posteriormente, consoante as necessidades no terreno e das condições contempladas na DFCI do próximo Quadro Comunitário.

A **Figura 5** representa a rede de faixas de acordo com os critérios referidos anteriormente.

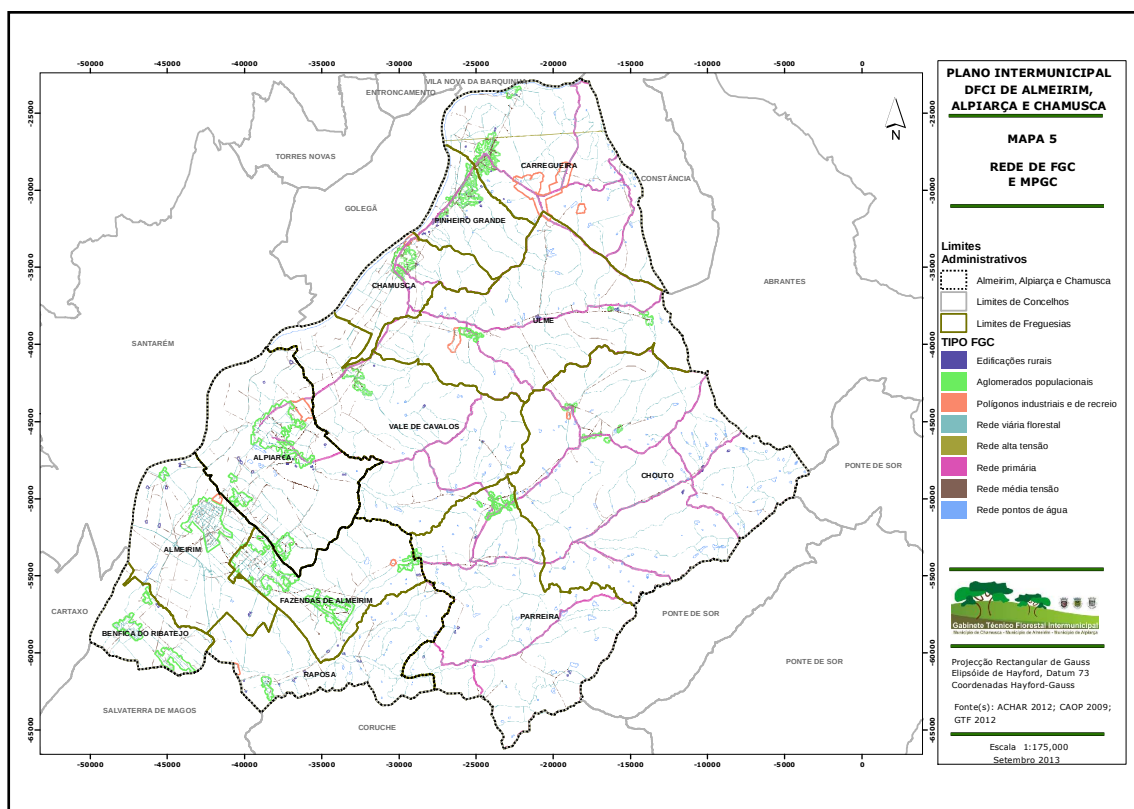


Figura 5 - Mapa da rede de FGC e MPFC

Os três concelhos em análise possuem uma boa rede FGC. Porém, e devido à dimensão do território e à situação económica dos municípios, nem todas as faixas são executadas todos os anos.

Relativamente às FGC, a rede viária florestal é a que representa maior percentagem de execução, tanto pela entidade responsável a nível nacional (E.P. – Estradas de Portugal, S.A.) como pelos próprios municípios.

Quanto aos MPGC, as áreas agrícolas vão mantendo-se em produção e poderão em muitos casos bloquear o avanço de um fogo. No entanto, nestas áreas agrícolas surgem ao longo do ano a necessidade de queimas e queimadas, acções que muitas das vezes originam incêndios.

É prioritária a sensibilização junto dos meios rurais, para a realização de queimas e queimadas com as devidas precauções.

5.1.2 - Rede Viária Florestal

A rede viária que serve os espaços florestais, constitui um dos factores fundamentais para a valorização, protecção e usufruto pela sociedade desses espaços.

A rede viária dos três concelhos em análise, é bastante complexa e como tal o seu levantamento na totalidade é demoroso mas necessário e tem sido uma prioridade no Gabinete Técnico Florestal.

A rede viária florestal que se apresenta neste plano, é o resultado dos levantamentos do GTF e da ACHAR com base na informação também existente nos respectivos Planos Directores Municipais.

Pela complexidade da rede viária, é garantido o rápido acesso às várias infraestruturas de DFCI e aos vários pontos dos maciços florestais, subdividindo-se nas seguintes categorias (ver **Figura 6**):

- ✓ Vias de 1.^a ordem – Estradas Nacionais e Municipais;
- ✓ Vias de 2.^a ordem – Estradas Municipais;
- ✓ Vias de 3.^a ordem – Restantes vias de ligação à rede viária florestal fundamental.

No modelo de rede regional de defesa da floresta, proposto nas “Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas”, estabelecem-se especificações mínimas para a rede viária, de modo a contemplar a sua funcionalidade na gestão florestal e na segurança dos agentes responsáveis pelo combate, vigilância, etc.

Nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, tem havido uma grande preocupação em manter a rede viária operacional, bem como executar as respectivas faixas de gestão de combustível.

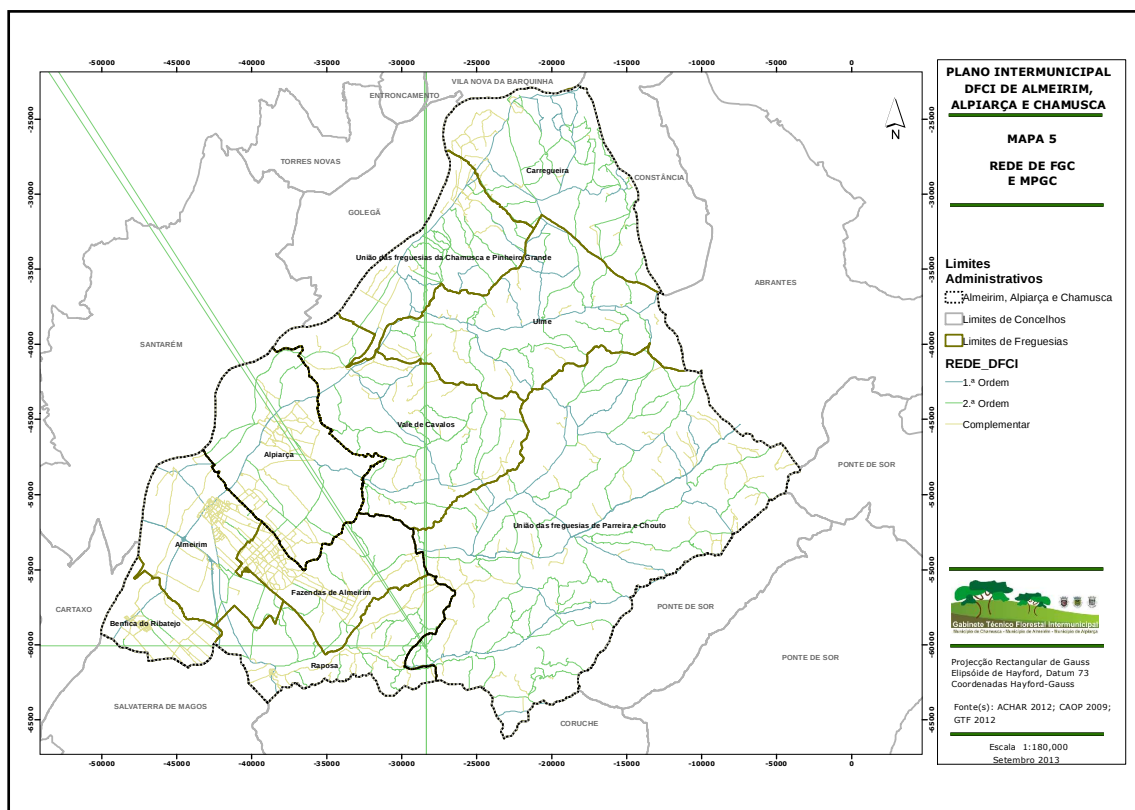


Figura 6 – Mapa da Rede Viária Florestal dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

5.1.3 – Rede de Pontos de Água

Um ponto de água é uma qualquer massa de água estrategicamente localizada e permanentemente disponível para a utilização em defesa da floresta contra incêndios, através de bombas, queda gravítica, veículos terrestres ou meios aéreos.

A rede de pontos de água dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, é um meio de apoio fundamental na defesa da floresta contra incêndios e como tal merece especial atenção no tratamento dos dados recolhidos e encontra-se em constante validação no terreno. No entanto, decorreu em 2010 um levantamento conjunto dos pontos de água, entre a Força Especial de Bombeiros e o GTF, com base em levantamentos efectuados pelos sapadores florestais da ACHAR.

Em termos de cursos de água, o principal apoio aos três concelhos é o Rio Tejo. Os seus afluentes complementam este apoio e na sua maioria encontram-se em estado permanente, podendo esta situação se alterar em caso de seca extrema.

Na **Figura 7**, para além dos cursos de água referidos anteriormente, encontram-se também os pontos de água existentes e que estão operacionais em caso de ocorrência. Encontram-se também identificados 3 massas de água de referência: Barragem do Pego da rainha em Almeirim, Barragem dos Patudos em Alpiarça e a Barragem de Paio Poldro na Chamusca.

Para além destes pontos de água georreferenciados, existem estruturas de armazenamento de água, que funcionam também como reservatórios de defesa da floresta contra incêndios, apoiando o abastecimento dos vários veículos dos bombeiros. No **concelho de Chamusca** salientamos um antigo posto de abastecimento de água para consumo na freguesia de Chamusca na Rua Norberto Pedroso, um ponto de água na Estrada das Pedreiras (campo de Chamusca), uma estrutura privada no Arripiado junto ao campo de pára-quedistas e um marco de água na zona industrial de Chamusca. Pretende-se também dar uso a um antigo furo de abastecimento e água junto à escola primária da Parreira (actual União de Freguesias de Parreira e Chouto).

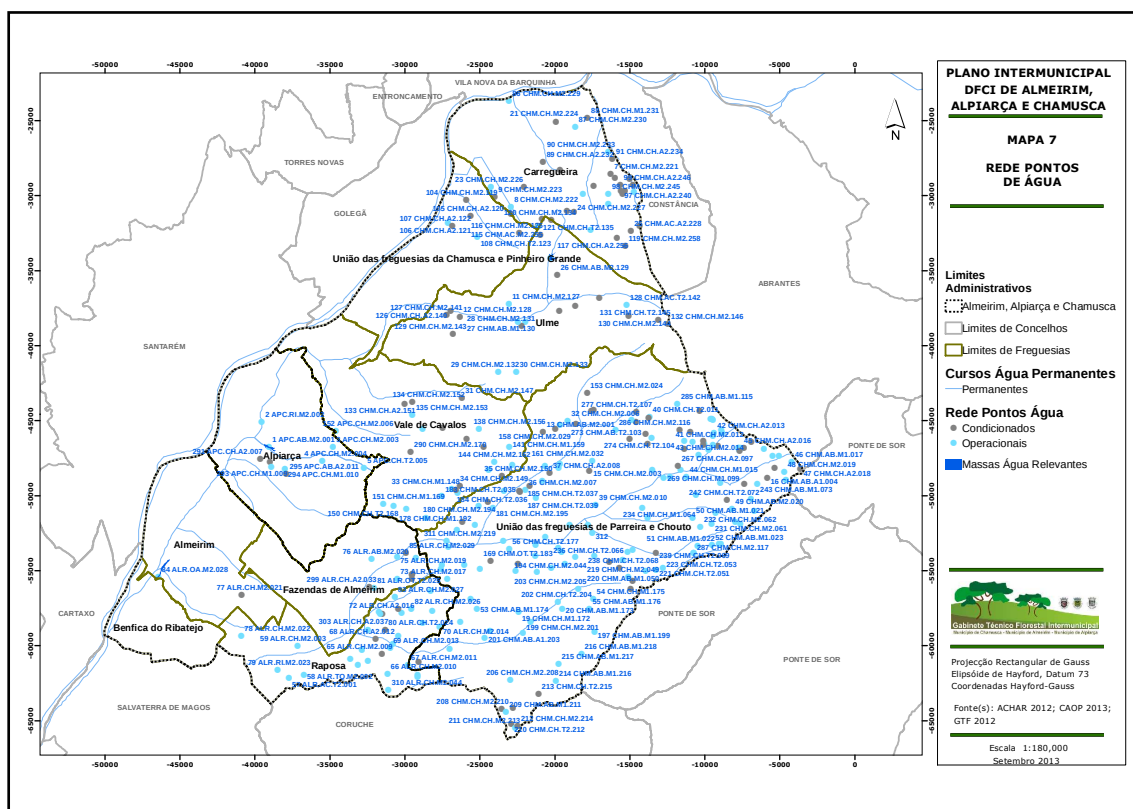


Figura 7 - Rede de Pontos de Água dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

5.1.4 – Silvicultura no âmbito da DFCI

As acções de silvicultura preventiva deverão cumprir o disposto no número 1 do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a actual redacção dada pelo decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, que refere:

“1 – A silvicultura no âmbito da defesa da floresta contra incêndios engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formas espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objectivos de diminuir o perigo de incêndio e de garantir a máxima resistência à passagem do fogo.”

No âmbito da DFCI, as equipas de sapadores florestais da ACHAR efectuem silvicultura preventiva em várias áreas dos três concelhos. No ano 2013, e de acordo com o respectivo planeamento, as áreas intervencionadas pelas referidas equipas concentraram-se no concelho de Chamusca, nomeadamente, na Herdade do Vale da Lama, Herdade do Junco e Herdade das Palhas.

No total foram intervencionados 309.29ha nestas três propriedades.

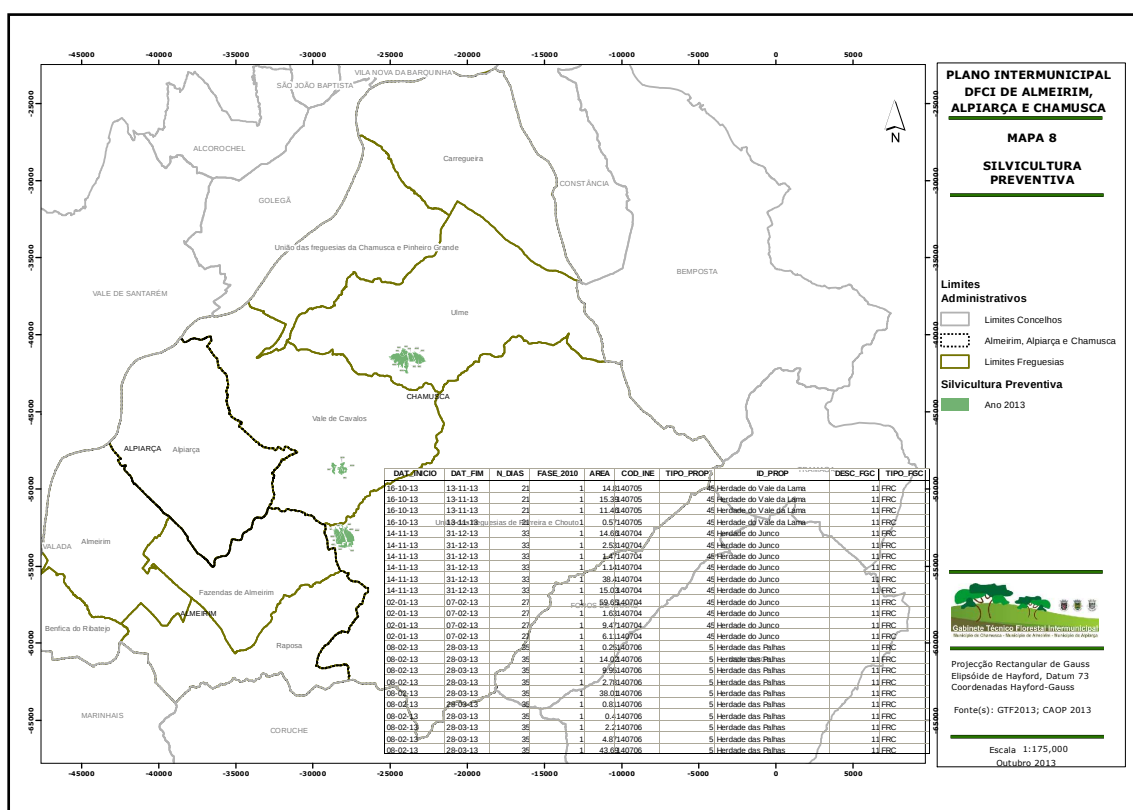


Figura 8 – Silvicultura Preventiva

5.2 – Planeamento das Acções referentes ao 1.º Eixo Estratégico

Neste subcapítulo serão apresentadas as acções a executar por ano, na rede de defesa da floresta contra incêndios (DFCI) – faixas de gestão de combustível, rede viária florestal e rede de pontos de água.

5.2.1 – Ano 2013

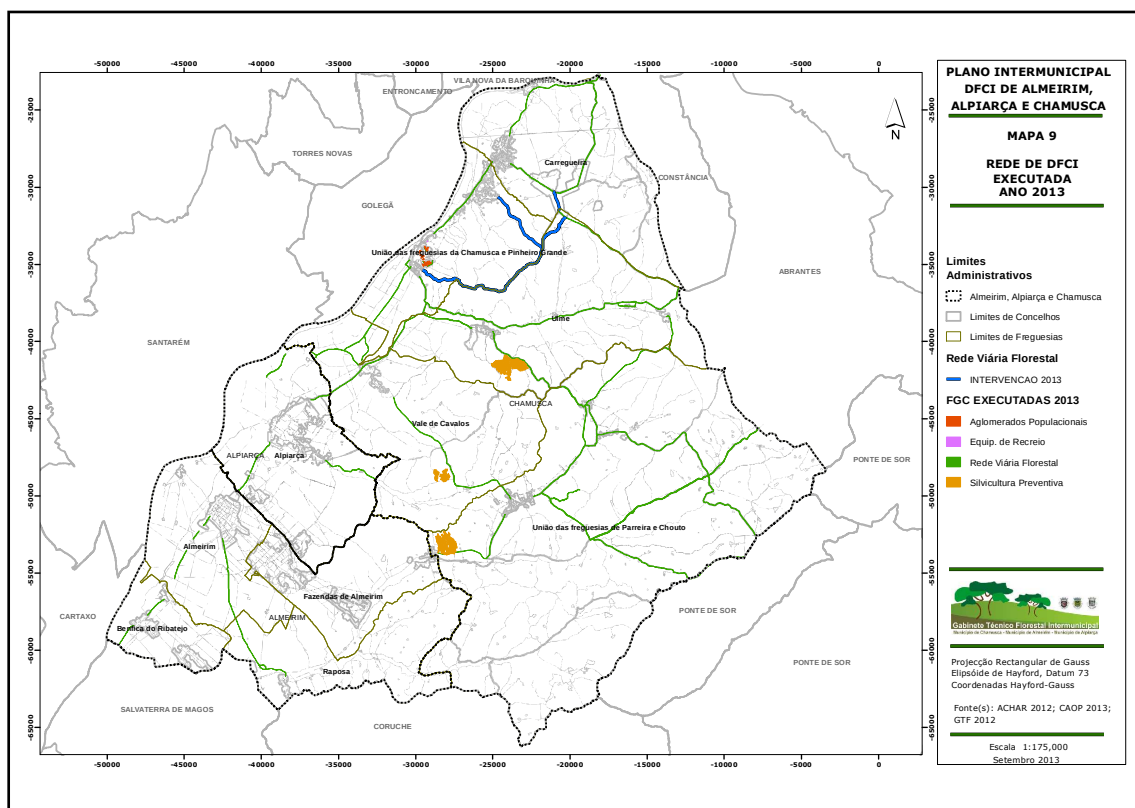


Figura 9 – Rede de defesa da floresta contra incêndios executada em 2013, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

No ano 2013, a rede de DFCI executada nos três concelhos foi na rede viária florestal, em faixas de gestão de combustível e manutenção de uma estrada prioritária no concelho de Chamusca.

A concretização no terreno das faixas de gestão apresentadas na **Figura 9**, foram da responsabilidade das Estradas de Portugal (E.P.) nas estradas nacionais, e dos próprios municípios nas estradas municipais.

A estrada municipal que sofreu intervenção de melhoramento no concelho de Chamusca, abrangendo 3 freguesias (Chamusca, Ulme e Pinheiro Grande), foi da responsabilidade e com meios próprios do município.

5.2.2 – Ano 2014

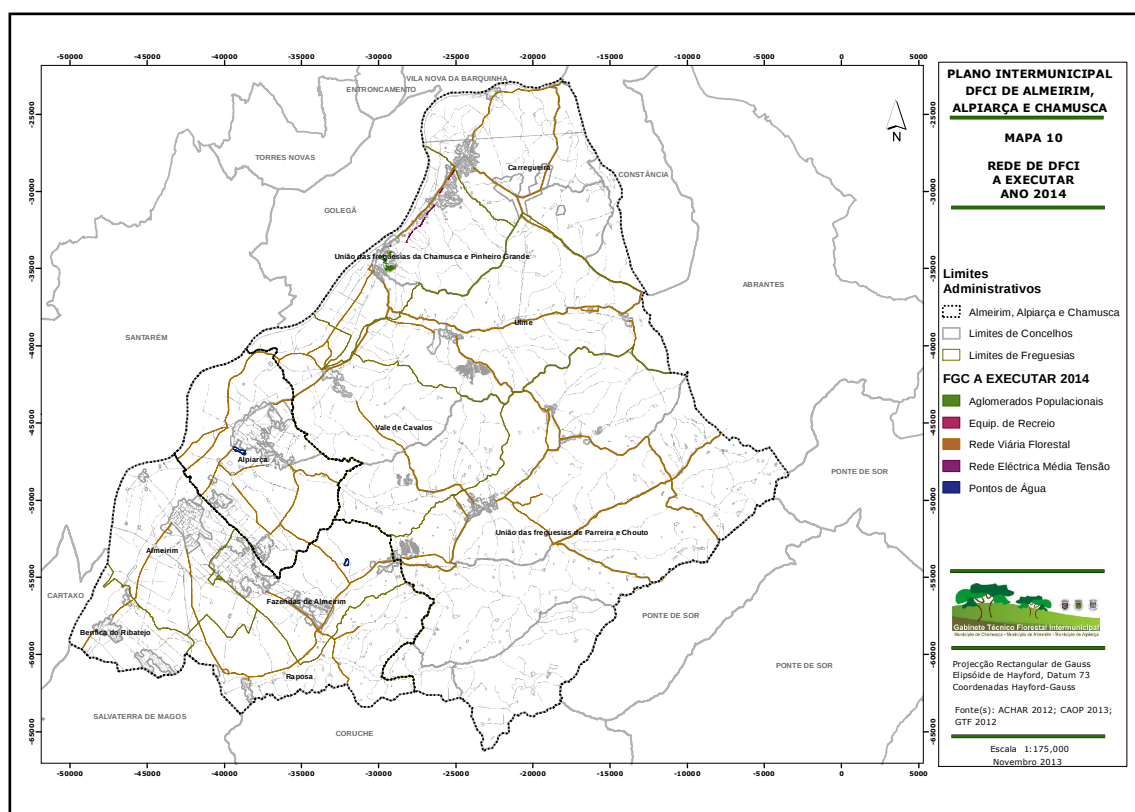


Figura 10 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2014, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

5.2.3 – Ano 2015

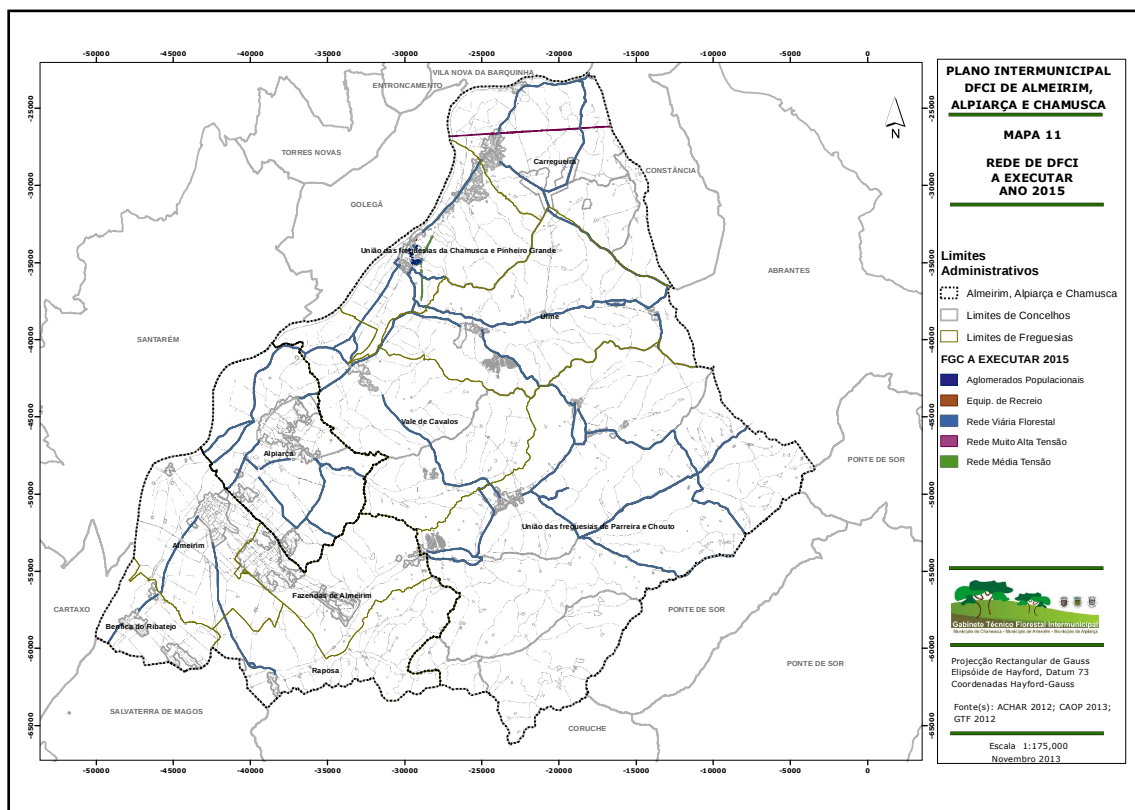


Figura 11 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2015, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

5.2.4 – Ano 2016

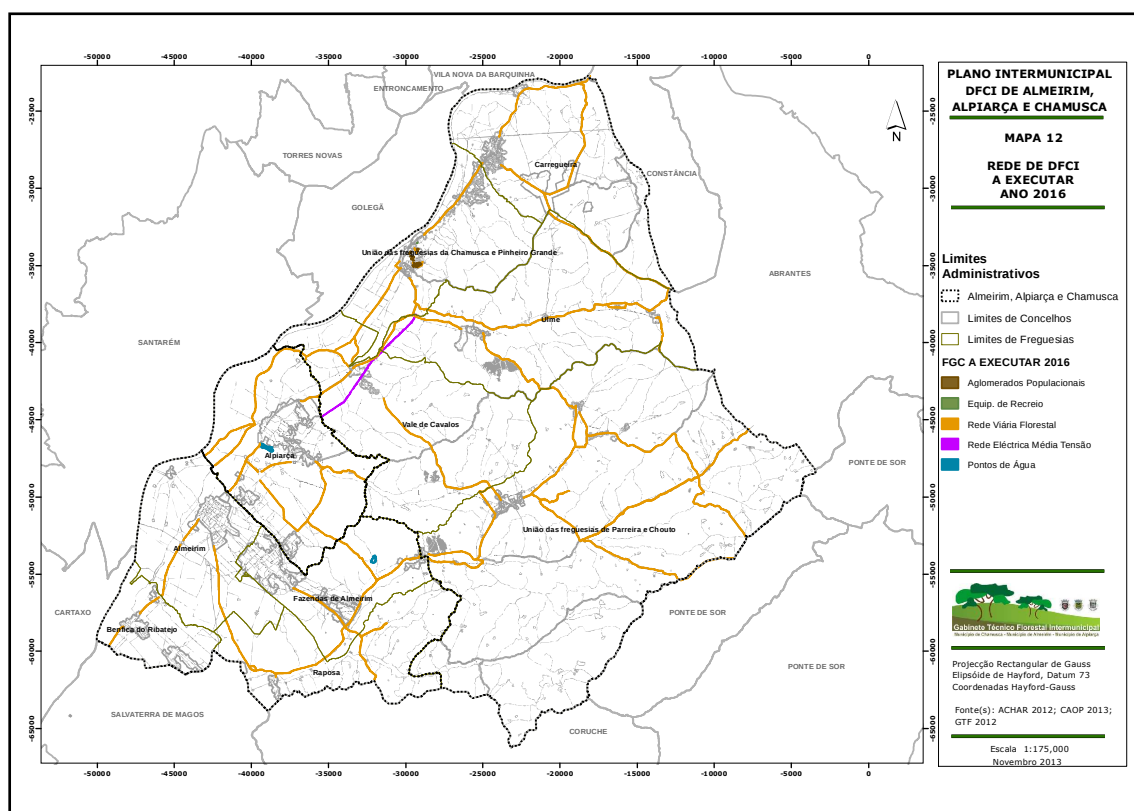


Figura 12 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2016, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

5.2.5 – Ano 2017

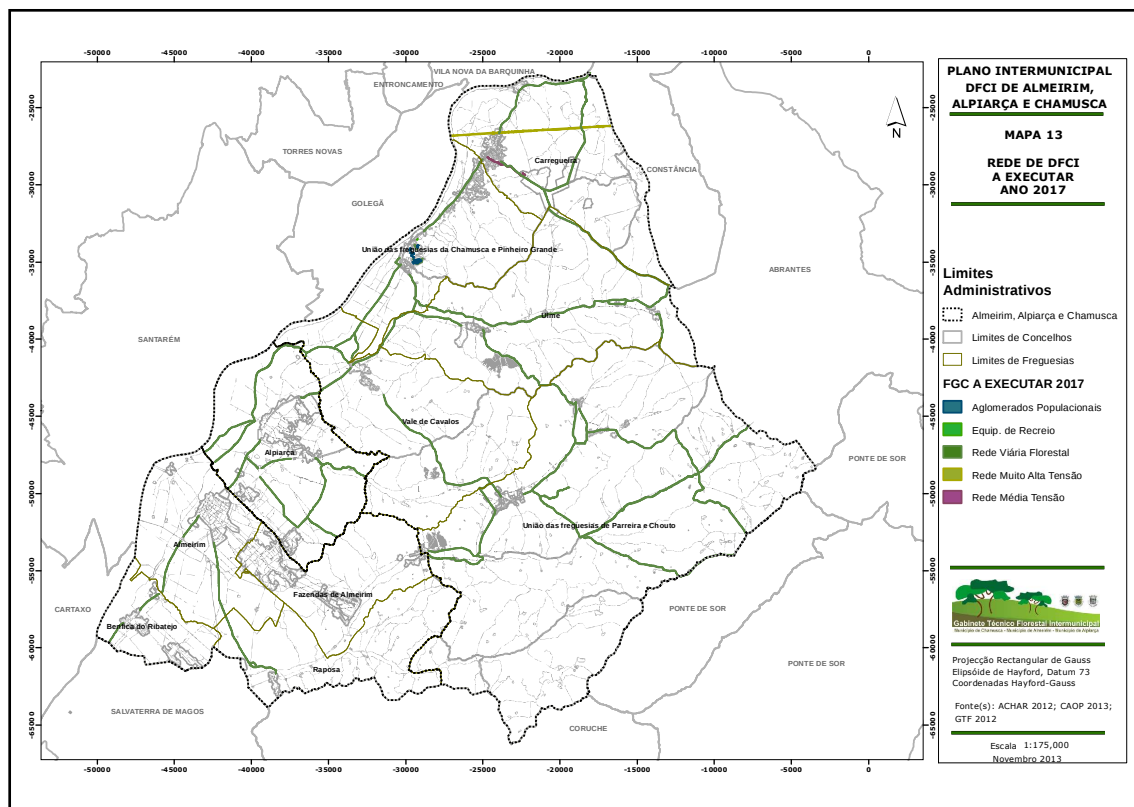


Figura 13 - Rede de defesa da floresta contra incêndios programada para 2017, nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

5.3 – Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis – Distribuição por área ocupada / ano

Nos quadros seguintes apresentam-se a distribuição por concelho, das áreas ocupadas por cada faixa de gestão de combustível de acordo com o seu código de descrição, com e sem intervenção. A coluna da área sem intervenção, corresponde à área definida em cartografia, que não necessita de qualquer intervenção e a coluna da área total com intervenção, corresponde a área executada em terreno ou planeada para posterior execução.

Quadro 3 – Distribuição por concelho da área ocupada por cada FGC e respectiva área de intervenção / Ano

ANO 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALMEIRIM	2013	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	47.42	41.39	0
		2 – Aglomerados Populacionais	979.78	0	0
		3 – Parques Industriais	44.47	0	0
		4 – RVF	857.48	819.09	38.39
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	305.49	283.25	0
		12 – Pontos de Água	51.25	0	0
		TOTAIS	2285.89	1143.73	38.39

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALPIARÇA	2013	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	28.88	25.22	0
		2 – Aglomerados Populacionais	169.99	0	0
		3 – Parques Industriais	46.86	0	0
		4 – RVF	262.29	177.99	21.57
		8 – RPFGC	135.99	78.01	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	140.55	128.65	0
		12 – Pontos de Água	19.28	0	0
		TOTAIS	803.84	409.87	21.57

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
CHAMUSCA	2013	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	91.19	56.29	0
		2 – Aglomerados Populacionais	1441.78	707.83	11.89
		3 – Parques Industriais	285.19	43.67	0.06
		4 – RVF	1995.76	1273.22	434.33
		7 – Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	46.29	18.66	0
		8 – RPFGC	2937.92	1487.79	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão (rede prioritária)	33.03	12.87	1.63
		12 – Pontos de Água	464.40	0	0
		13 – Silvicultura Preventiva	309.26	0	309.26
		TOTAIS	7604.82	3600.33	757.17

Fonte: GTF, 2013

Em suma, nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, no **ano de 2013** foram intervencionados **801.31ha** de faixas de gestão de combustível.

As FGC referentes à Rede Viária Florestal foram as mais intervencionadas, pois anualmente os municípios têm a preocupação de realizar a limpeza das bermas bem como as Estradas de Portugal, que duas vezes por ano realizam a limpeza das estradas nacionais.

No concelho de Chamusca, a intervenção nas FGC dos aglomerados populacionais, parques industriais e silvicultura preventiva foram importantes na sensibilização da população, para a necessidade de limpar todas as áreas rurais, incluindo quintais e pequenas hortas.

ANO 2014

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALMEIRIM	2014	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	47.42	41.39	0
		2 – Aglomerados Populacionais	979.78	0	0
		3 – Parques Industriais	44.47	0	0
		4 – RVF	857.48	760.12	97.36
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	305.49	283.25	0
		12 – Pontos de Água	51.25	47.44	3.81
		TOTAIS	2285.89	1090.81	140.92

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALPIARÇA	2014	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	28.88	25.22	0
		2 – Aglomerados Populacionais	169.99	0	0
		3 – Parques Industriais	46.86	0	0
		4 – RVF	262.29	177.99	77.88
		8 – RPFGC	135.99	78.01	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	140.55	128.65	0
		12 – Pontos de Água	19.28	12.16	7.12
		TOTAIS	803.84	422.03	85.00

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
CHAMUSCA	2014	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	91.19	56.29	0
		2 – Aglomerados Populacionais	1441.78	707.83	11.89
		3 – Parques Industriais	285.19	43.67	0.06
		4 – RVF	1995.76	21.35	434.33
		7 – Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	46.29	18.66	0
		8 – RPFGC	2937.92	1487.79	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão (rede prioritária)	4.53	0	4.53
		12 – Pontos de Água	464.40	0	0
		13 – Silvicultura Preventiva	0	0	0
		TOTAIS	7267.06	2335.59	450.81

Fonte: GTF, 2013

Em **2014** prevê-se que nestes três concelhos, a execução de faixas de gestão de combustível diminua para **676.73ha**. No entanto, há que realçar a não definição de áreas de silvicultura preventiva executadas pelos sapadores florestais, cujo planeamento é anual e que será expresso no Plano Operacional Intermunicipal (POIM).

ANO 2015

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALMEIRIM	2015	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	47.42	41.39	0
		2 – Aglomerados Populacionais	979.78	0	0
		3 – Parques Industriais	44.47	0	0
		4 – RVF	857.48	819.09	39.75
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	305.49	283.25	0
		12 – Pontos de Água	51.25	0	0
		TOTAIS	2285.89	1143.73	39.75

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALPIARÇA	2015	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	28.88	25.22	0
		2 – Aglomerados Populacionais	169.99	0	0
		3 – Parques Industriais	46.86	0	0
		4 – RVF	262.29	177.99	77.88
		8 – RPFGC	135.99	78.01	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	140.55	128.65	0
		12 – Pontos de Água	19.28	12.16	0
		TOTAIS	803.84	422.03	77.88

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
CHAMUSCA	2015	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	91.19	56.29	0
		2 – Aglomerados Populacionais	1441.78	707.83	11.89
		3 – Parques Industriais	285.19	43.67	0.06
		4 – RVF	1995.76	21.35	434.33
		7 – Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	46.29	18.66	27.63
		8 – RPFGC	2937.92	1487.79	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão (rede prioritária)	4.19	0	4.19
		12 – Pontos de Água	464.40	0	0
		13 – Silvicultura Preventiva	0	0	0
		TOTAIS	7266.72	2335.59	478.10

Fonte: GTF, 2013

Em **2015** prevê-se que nestes três concelhos, a execução de faixas de gestão de combustível rondará os **595.73ha**. As faixas na rede viária florestal, à semelhança dos anos anteriores, será as que mais contribuirão para o nível de execução na rede de defesa da floresta contra incêndios.

ANO 2016

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALMEIRIM	2016	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	47.42	41.39	0
		2 – Aglomerados Populacionais	979.78	0	0
		3 – Parques Industriais	44.47	0	0
		4 – RVF	857.48	760.12	97.36
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	305.49	283.25	0
		12 – Pontos de Água	51.25	47.44	3.81
		TOTAIS	2285.89	1090.81	140.92

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALPIARÇA	2016	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	28.88	25.22	0
		2 – Aglomerados Populacionais	169.99	0	0
		3 – Parques Industriais	46.86	0	0
		4 – RVF	262.29	177.99	77.88
		8 – RPFGC	135.99	78.01	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	140.55	128.65	0
		12 – Pontos de Água	19.28	12.16	7.12
		TOTAIS	803.84	422.03	85.00

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
CHAMUSCA	2016	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	91.19	56.29	0
		2 – Aglomerados Populacionais	1441.78	707.83	11.89
		3 – Parques Industriais	285.19	43.67	0.06
		4 – RVF	1995.76	21.35	434.33
		7 – Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	46.29	46.29	0
		8 – RPFGC	2937.92	1487.79	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão (rede prioritária)	12.93	3.12	9.81
		12 – Pontos de Água	464.40	0	0
		13 – Silvicultura Preventiva	0	0	0
		TOTAIS	7275.46	2366.64	456.09

Fonte: GTF, 2013

Em **2016** prevê-se que nestes três concelhos, a execução de faixas de gestão de combustível será de cerca de **682.01ha**.

ANO 2017

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALMEIRIM	2017	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	47.42	41.39	0
		2 – Aglomerados Populacionais	979.78	0	0
		3 – Parques Industriais	44.47	0	0
		4 – RVF	857.48	819.09	39.75
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	305.49	283.25	0
		12 – Pontos de Água	51.25	0	0
		TOTAIS	2285.89	1143.73	39.75

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
ALPIARÇA	2017	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	28.88	25.22	0
		2 – Aglomerados Populacionais	169.99	0	0
		3 – Parques Industriais	46.86	0	0
		4 – RVF	262.29	177.99	77.88
		8 – RPFGC	135.99	78.01	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão	140.55	128.65	0
		12 – Pontos de Água	19.28	12.16	0
		TOTAIS	803.84	422.03	77.88

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA FGC	ÁREA TOTAL FGC (ha)	ÁREA SEM INTERVENÇÃO (ha)	TOTAL COM INTERVENÇÃO (ha)
CHAMUSCA	2017	1 – Edifícios integrados em espaços rurais	91.19	56.29	0
		2 – Aglomerados Populacionais	1441.78	707.83	11.89
		3 – Parques Industriais	285.19	43.67	0.06
		4 – RVF	1995.76	21.35	434.33
		7 – Rede Eléctrica Muito Alta Tensão	46.29	18.66	27.63
		8 – RPFGC	2937.92	1487.79	0
		10 – Rede Eléctrica Média Tensão (rede prioritária)	4.27	2.64	1.63
		12 – Pontos de Água	464.40	0	0
		13 – Silvicultura Preventiva	0	0	0
		TOTAIS	7266.80	2338.23	475.54

Fonte: GTF, 2013

Em **2017** prevê-se que nestes três concelhos, a execução de faixas de gestão de combustível será de cerca de **593.17ha**.

5.3.1 – Rede Viária Florestal

A rede viária florestal é fundamental no acesso às propriedades florestais. É prioritário o seu bom estado de conservação. Os concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca possuem uma rede de estradas bastante densa e a sua manutenção torna-se difícil de cumprir, por todas as circunstâncias económicas que as autarquias atravessam. No entanto, os proprietários também têm aqui um papel fundamental, e já se verifica uma melhoria no ordenamento dos espaços florestais.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição da rede viária florestal por concelho, segundo a sua classificação (1.ª ordem, 2.ª ordem e rede complementar) e intervenção por ano.

Quadro 4 – Distribuição da Rede Viária Florestal por Concelho / Ano

CONCELHO	ANO	CLASSES DAS VIAS DA RVF	COMPRIMENTO TOTAL (KM)	RVF SEM INTERVENÇÃO (KM)	RVF COM INTERVENÇÃO (KM)
ALMEIRIM	2013	1.º ORDEM	0	0	0
		2.º ORDEM	0	0	0
		3.º ORDEM	0.68	0	0.68
		TOTAIS	0.68	0	0.68
CHAMUSCA	2013	1.ª ORDEM	344	325	19
		2.ª ORDEM	431	430	1
		3.ª ORDEM	193	193	0
		TOTAIS	968	948	20

Fonte: GTF, 2013

No **ano de 2013** apenas o concelho de Chamusca fez intervenção na conservação de uma estrada, prioritária para a defesa da floresta contra incêndios.

A estrada intervencionada abrange 3 freguesias – Carregueira, Ulme e União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande - e já nos incêndios de 2013 foi fundamental no acesso à zona de Charneca.

O município de Almeirim, em conjunto as Estradas de Portugal, fechou um pequeno troço de uma estrada desclassificada (antiga EN114 na freguesia de Raposa), ficando de apoio à defesa da floresta contra incêndios em caso de necessidade.

CONCELHO	ANO	CLASSES DAS VIAS DA RVF	COMPRIMENTO TOTAL (KM)	RVF SEM INTERVENÇÃO (KM)	RVF COM INTERVENÇÃO (KM)
ALMEIRIM	2014	1.ª ORDEM	59.71	0	0
		2.ª ORDEM	93.45	0	0
		3.ª ORDEM	272.12	0	0
		SUB-TOTAIS	425.28	0	0
	2015	1.ª ORDEM	59.71	0	0
		2.ª ORDEM	93.45	0	0
		3.ª ORDEM	272.12	0	0
		SUB-TOTAIS	425.28	0	0
	2016	1.ª ORDEM	59.71	0	0
		2.ª ORDEM	93.45	0	0
		3.ª ORDEM	272.12	0	0
		SUB-TOTAIS	425.28	0	0
	2017	1.ª ORDEM	59.71	0	0
		2.ª ORDEM	93.45	0	0
		3.ª ORDEM	272.12	0	0
		SUB-TOTAIS	425.28	0	0
		TOTAIS	425.28	0	0

CONCELHO	ANO	CLASSES DAS VIAS DA RVF	COMPRIMENTO TOTAL (KM)	RVF SEM INTERVENÇÃO (KM)	RVF COM INTERVENÇÃO (KM)
ALPIARÇA	2014	1.ª ORDEM	13.93	0	0
		2.ª ORDEM	39.68	0	0
		3.ª ORDEM	74.65	0	0
		SUB-TOTAIS	128.26	0	0
	2015	1.ª ORDEM	13.93	0	0
		2.ª ORDEM	39.68	37.39	2.29
		3.ª ORDEM	74.65	0	0
		SUB-TOTAIS	128.26	37.39	2.29
	2016	1.ª ORDEM	13.93	0	0
		2.ª ORDEM	39.68	0	0
		3.ª ORDEM	74.65	0	0
		SUB-TOTAIS	128.26	0	0
	2017	1.ª ORDEM	13.93	0	0
		2.ª ORDEM	39.68	0	0
		3.ª ORDEM	74.65	0	0
		SUB-TOTAIS	128.26	0	0
		TOTAIS	128.26	37.39	2.29

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	CLASSES DAS VIAS DA RVF	COMPRIMENTO TOTAL (KM)	RVF SEM INTERVENÇÃO (KM)	RVF COM INTERVENÇÃO (KM)
CHAMUSCA	2014	1.ª ORDEM	340.76	0	0
		2.ª ORDEM	468.41	458.26	10.15
		3.ª ORDEM	206.38	0	0
		SUB-TOTAIS	1015.55	458.26	10.15
	2015	1.ª ORDEM	340.76	0	0
		2.ª ORDEM	468.41	467.56	0.85
		3.ª ORDEM	206.38	0	0
		SUB-TOTAIS	1015.55	467.56	0.85
	2016	1.ª ORDEM	340.76	0	0
		2.ª ORDEM	468.41	467.00	1.41
		3.ª ORDEM	206.38	0	0
		SUB-TOTAIS	1015.55	467.00	1.41
	2017	1.ª ORDEM	340.76	0	0
		2.ª ORDEM	468.41	467.12	1.29
		3.ª ORDEM	206.38	0	0
		SUB-TOTAIS	1015.55	467.12	1.29
		TOTAIS	1015.55	1001.85	13.7

Fonte: GTF, 2013

5.3.2 – Rede de Pontos de Água

Os pontos de água referenciados neste PIMDFCI estão na sua totalidade em bom estado de funcionamento. Porém, alguns deles necessitam de manutenção, de modo a manter a sua boa funcionalidade, nomeadamente, em limpeza na envolvente.

Nos quadros seguintes, apresentamos as intervenções de manutenção na rede de pontos de água, para o período de 2013 – 2017, e baseiam-se principalmente na limpeza na envolvente, já referida na execução de faixas de gestão de combustível.

A maioria dos pontos de água que constituem a rede destes três concelhos, são privados. A intervenção prevista neste plano, incide apenas em pontos de água públicos, nos concelhos de Almeirim e Alpiarça. No concelho de Chamusca, todos os pontos de água são privados e da responsabilidade dos proprietários qualquer intervenção.

Caso haja a necessidade de intervir em algum ponto de água privado ou mesmo público, os mesmos estão definidos neste plano no sub-capítulo 4.1.3, figura 7 e em sede de CIMDFCI definem-se os procedimentos adequados.

Quadro 5 – Identificação dos pontos de água a intervir por concelho, no período de 2013 a 2017

CONCELHO	ANO	ID_PA	DESIGNAÇÃO	CLASSE_PA	VOLUME MÁXIMO (m³)
ALPIARÇA	2013	—	—	—	—
	2014	1	Albufeira dos Patudos	M	300 000
	2015	—	—	—	—
	2016	1	Albufeira dos Patudos	M	300 000
	2017	—	—	—	—

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	ID_PA	DESIGNAÇÃO	CLASSE_PA	VOLUME MÁXIMO (m ³)
ALMEIRIM	2013	—	—	—	—
	2014	76	Barragem dos Gagos	M	100.000
	2015	—	—	—	—
	2016	76	Barragem dos Gagos	M	100.000
	2017	—	—	—	—

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	ID_PA	DESIGNAÇÃO	CLASSE_PA	VOLUME MÁXIMO (m ³)
CHAMUSCA	2013	—	—	—	—
	2014	—	—	—	—
	2015	—	—	—	—
	2016	—	—	—	—
	2017	—	—	—	—

Fonte: GTF, 2013

5.4- Metas e Indicadores

Neste 1.º eixo estratégico, as principais metas a atingir que contribuam para a promoção da gestão florestal e prevenção de áreas estratégicas, são:

- ✓ Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível;
- ✓ Promover acções de silvicultura preventiva;
- ✓ Manter as redes de infra-estruturas de apoio, nomeadamente, a rede viária e a rede de pontos de água.

Nos quadros seguintes apresentam-se as metas e indicadores, para o período de vigência do PIMDFCI, referentes à rede de defesa da floresta contra incêndios – Faixas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água.

Quadro 6 – Metas e Indicadores para a Rede de DFCI – FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL - no período de 2013 a 2018, para os municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
ALMEIRIM	2013	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 38.39ha
	2014	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 97.36ha
		FGC da RPA	Manter a faixa de gestão de combustível correspondente à Barragem dos Gagos	Executar a FGC em 3.81ha
	2015	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 39.75ha
	2016	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 97.36ha
		FGC da RPA	Manter a faixa de gestão de combustível correspondente à Barragem dos Gagos	Executar a FGC em 3.81ha
	2017	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 39.75ha

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
ALPIARÇA	2013	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 21.57ha
	2014	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 77.88ha
		FGC da RPA	Manter a faixa de gestão de combustível correspondente à Barragem dos Patudos	Executar a FGC em 7.12ha
	2015	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 77.88ha
	2016	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 77.88ha
		FGC da RPA	Manter a faixa de gestão de combustível correspondente à Barragem dos Patudos	Executar a FGC em 7.12ha
	2017	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 77.88ha

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
CHAMUSCA	2013	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 434.33ha
		Restantes FGC	Proceder à limpeza de outras áreas prioritárias, na DFCI do concelho	Executar a rede das restantes faixas, em pelo menos 5% da área total
	2014	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 434.33ha
		Restantes FGC	Proceder à limpeza de outras áreas prioritárias, na DFCI do concelho	Executar a rede das restantes faixas, em pelo menos 10% da área total
	2015	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 434.33ha
		Restantes FGC	Proceder à limpeza de outras áreas prioritárias, na DFCI do concelho	Executar a rede das restantes faixas, em pelo menos 15% da área total
	2016	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 434.33ha
		Restantes FGC	Proceder à limpeza de outras áreas prioritárias, na DFCI do concelho	Executar a rede das restantes faixas, em pelo menos 20% da área total
	2017	FGC da RVF	Manter a execução da rede de FGC correspondente à RVF nacional e municipal	Executar a rede de faixas em 434.33ha
		Restantes FGC	Proceder à limpeza de outras áreas prioritárias, na DFCI do concelho	Executar a rede das restantes faixas, em pelo menos 25% da área total

Fonte: GTF, 2013

Quadro 7 - Metas e Indicadores para a Rede de DFCI – REDE VIÁRIA FLORESTAL - no período de 2013 a 2018, para os municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
ALMEIRIM	2013	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	Intervir em pelo menos 10% da rede viária prioritária, em cada ano de vigência do PIMDFCI
	2014	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2015	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2016	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2017	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
ALPIARÇA	2013	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	Intervir em pelo menos 10% da rede viária prioritária, em cada ano de vigência do PIMDFCI
	2014	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2015	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2016	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2017	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
CHAMUSCA	2013	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	Intervir em 19km de rede viária florestal prioritária
	2014	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	Intervir em pelo menos 10% da rede viária prioritária, em cada ano de vigência do PIMDFCI
	2015	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2016	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	
	2017	Rede Viária Florestal	Promover a intervenção na rede viária florestal prioritária e de acesso aos espaços florestais	

Fonte: GTF, 2013

Quadro 8 - Metas e Indicadores para a Rede de DFCI – **REDE DE PONTOS DE ÁGUA** - no período de 2013 a 2018, para os municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
ALMEIRIM	2013	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	Intervir em pelo menos 5% da rede de pontos de água classificada como inoperacional
	2014	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2015	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2016	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2017	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
ALPIARÇA	2013	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	Intervir em pelo menos 5% da rede de pontos de água classificada como inoperacional
	2014	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2015	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2016	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2017	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	METAS	INDICADORES
CHAMUSCA	2013	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	Intervir em pelo menos 5% da rede de pontos de água classificada como inoperacional
	2014	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2015	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2016	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	
	2017	Rede de Pontos de Água	Promover a intervenção nos pontos de água classificados como inoperacionais por falta de limpeza na envolvente	

Fonte: GTF, 2013

5.5 – Orçamentos e Responsáveis

Os orçamentos apresentados têm como base referências de 2013. Os principais responsáveis pela execução das metas referidas anteriormente, são maioritariamente os Municípios. Toda a actividade associada a privados, dependerá sempre de projectos apresentados pelos próprios e das possíveis candidaturas do próximo quadro de apoio comunitário.

Quadro 9 – Estimativa de Orçamentos e Responsáveis

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	RESPONSÁVEIS	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO (€)	TOTAIS/ANO (€)
ALMEIRIM	2013	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 027.15	9 027.15
	2014	FGC da RVF Municipal	Município de Almeirim	4 646.40	23 573.55
		FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 027.15	
		FGC da RPA	Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim	9 900.00	
	2015	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 027.15	9 027.15
	2016	FGC da RVF Municipal	Município de Almeirim	4 646.40	23 573.55
		FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 027.15	
		FGC da RPA	Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim	9 900.00	
	2017	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 027.15	9 027.15
	TOTAL PERÍODO 2013 / 2017				74 228.55

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	RESPONSÁVEIS	ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO (€)	TOTAIS/ANO (€)
ALPIARÇA	2013	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	1 612.05	3 408.90
		FGC da RVF Municipal	Município de Alpiarça	1 796.85	
	2014	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	1 612.05	20 278.50
		FGC da RVF Municipal	Município de Alpiarça	5 466.45	
		FGC da RPA	Município de Alpiarça	13 200.00	
	2015	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	1 612.05	7 078.50
		FGC da RVF Municipal	Município de Alpiarça	5 466.45	
	2016	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	1 612.05	20 278.50
		FGC da RVF Municipal	Município de Alpiarça	5 466.45	
		FGC da RPA	Município de Alpiarça	13 200.00	
	2017	FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	1 612.05	7 078.50
		FGC da RVF Municipal	Município de Alpiarça	5 466.45	
	TOTAL PERÍODO 2013 / 2017				58 122.90

Fonte: GTF, 2013

CONCELHO	ANO	REDE DFCI	ENTIDADE RESPONSÁVEL	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL (€)	TOTAIS/ANO (€)
CHAMUSCA	2013	FGC Aglomerados Populacionais	Município de Chamusca	3 090.00	30 540.50
		FGC Parques Industriais	Município de Chamusca	160.00	
		FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 980.85	
		FGC da RVF Municipal	Município de Chamusca	23 050.50	
		FGC Rede Média Tensão	EDP	4 240.00	
		Silvicultura Preventiva	Sapadores Florestais ACHAR	??	
	2014	FGC Aglomerados Populacionais	Município de Chamusca	3 090.00	47 981.35
		FGC Parques Industriais	Município de Chamusca	160.00	
		FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 980.85	
		FGC da RVF Municipal	Município de Chamusca	23 050.50	
		FGC Rede Média Tensão	EDP	11 700.00	
	2015	FGC Aglomerados Populacionais	Município de Chamusca	3 090.00	54 381.35
		FGC Parques Industriais	Município de Chamusca	160.00	
		FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 980.85	
		FGC da RVF Municipal	Município de Chamusca	23 050.50	
		FGC Rede Muito Alta Tensão	REN	7 300.00	
		FGC Rede Média Tensão	EDP	10 800.00	
	2016	FGC Aglomerados Populacionais	Município de Chamusca	3 090.00	38 831.35
		FGC Parques Industriais	Município de Chamusca	160.00	
		FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 980.85	

		FGC da RVF Municipal	Município de Chamusca	23 050.50	
		FGC Rede Média Tensão	EDP	2 550.00	
	2017	FGC Aglomerados Populacionais	Município de Chamusca	3 090.00	44 031.35
		FGC Parques Industriais	Município de Chamusca	160.00	
		FGC da RVF Nacional	Estradas de Portugal, S.A.	9 980.85	
		FGC da RVF Municipal	Município de Chamusca	23 050.50	
		FGC Rede Muito Alta Tensão	REN	7 300.00	
		FGC Rede Média Tensão	EDP	450.00	
	TOTAL PERÍODO 2013 / 2017				215 765.90

Fonte: GTF, 2013

6 - 2.º EIXO ESTRATÉGICO – Redução da Incidência dos Incêndios

O elevado número de incêndios florestais leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, com o objectivo de reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento, bem como minimizar os impactes negativos que um incêndio pode provocar.

Torna-se assim necessário actuar em duas vertentes muito importantes, nomeadamente, no controlo das ignições e no controlo da propagação de um incêndio.

Para actuar nestas duas vertentes, é importante educar os diferentes grupos populacionais de modo a reconhecerem o património florestal como algo de todos, do qual é possível retirar valores económicos, sociais e ambientais, de modo a minimizar ou até mesmo eliminar os comportamentos de risco.

6.1 – Objectivos Estratégicos e Operacionais

Sendo assim, os objectivos estratégicos e operacionais para reduzir a incidência dos incêndios florestais no Concelho serão:

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">✓ Sensibilização da população✓ Sensibilização e educação escolar✓ Fiscalização | } | <p>Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações</p> |
|--|---|---|

Para atingir os referidos objectivos, serão efectuadas as seguintes acções:

- ✓ Implementar campanhas de sensibilização de acordo com os grupos populacionais;
- ✓ Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração o valor dos espaços naturais, o risco de incêndio e as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia mais críticos.

6.2 – Acções a Desenvolver

Havendo três municípios envolvidos, faz todo o sentido desenvolver acções conjuntas, pois a realidade dos concelhos não difere muito.

No quadro seguinte apresentamos as várias acções que pretendem realizar, de acordo com o grupo alvo e respectivos comportamentos de risco.

Quadro 10 – Acções a desenvolver no âmbito da sensibilização nos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

Grupo Alvo	Acções a desenvolver
População em geral	• Informar sempre a população do período crítico de risco de incêndio • Divulgar o risco de incêndio diário • Promover a fiscalização/sensibilização nas zonas de risco de incêndio, para a necessidade de limpeza dos terrenos
População escolar	• Comemorar o dia 21 de Março
Proprietário Florestal	• Promover o bom uso de maquinaria e equipamento florestal • Promover maior fiscalização na maquinaria e equipamento florestal
Agricultor	• Divulgar, fora do período crítico, os riscos inerentes à realização de queima de sobrantes e de queimadas • Promover acções de sensibilização para a realização de queima de sobrantes e de queimadas, com todas as normas de segurança • Fora do período crítico, promover acções de fiscalização aos agricultores

Fonte: GTF, 2013

6.3 – Comportamentos de Risco

Avaliando e analisando o histórico de incêndios dos municípios de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, é visível o elevado número de incêndios pela realização de queimas e queimadas, sem as devidas medidas de segurança.

No quadro seguinte apresentamos os comportamentos de risco mais representativos, segundo o grupo alvo, locais e época do ano.

Quadro 11 – Comportamentos de risco segundo o grupo alvo

COMPORTAMENTOS DE RISCO				
GRUPO ALVO	O QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUANDO?
População em geral	Realização de fogueiras	De forma intencional	Almeirim, Alpiarça e Chamusca	Todo o ano
Proprietário Florestal	Utilização de maquinaria e equipamento florestal	Sem colocação do dispositivo de segurança	Almeirim, Alpiarça e Chamusca	Período crítico
Agricultor	Realização de queima de sobrantes e queimadas	Sem considerar as devidas medidas de segurança	Almeirim, Alpiarça e Chamusca	Janeiro a Maio

Fonte: GTF, 2013

Estes comportamentos foram definidos de acordo com o histórico de incêndios registado nos três concelhos, porque apesar de a maioria das causas estarem registadas como desconhecidas, são estes comportamentos de risco que surgem como possíveis causas.

6.4 – Fiscalização

A coordenação das acções relativas à fiscalização é da competência da Guarda Nacional Republicana (GNR), pelo que durante o período crítico esta entidade estará atenta aos comportamentos de risco e fará cumprir o disposto no decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a actual redacção dada pelo decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

Assim, as zonas de risco de incêndio médio/alto definidas no capítulo 3 deste caderno I – Plano de Acção, a realização de queimas e queimadas, a utilização de foguetes ou de outras formas de fogo e o estado de funcionamento da maquinaria e equipamento nas limpezas e remoção de matos, serão objecto de preocupação e de maior vigilância por parte desta entidade no período crítico.

No Quadro 8 estão definidas as áreas de actuação por parte da GNR, em função dos comportamentos de risco definidos anteriormente.

Quadro 12 – Inventariação do n.º de autos de contra-ordenação levantados, por tipologia de situações previstas na legislação, no ano anterior (2012)

CONCELHO	Autos de Contra-Ordenação	Tipologia	Entidade	Instrução dos processos
Almeirim	1	Realização de queimadas	Privados	Arquivado por admoestação
	5	Realização de queimas	Privados	Arquivados por admoestação
	1	Ausência de gestão de combustível	Privado	Arquivado por admoestação
Alpiarça	0	—	—	—
Chamusca	2	Ausência de gestão de combustível	Privados	Arquivados por admoestação
	1	Ausência de gestão de combustível	Privado	Arquivado – Proprietário errado
	2	Ausência de gestão de combustível	E.P. – Estradas de Portugal, S.A.	Arquivados – Processo resolvido no terreno
	3	Ausência de gestão de combustível	Privados	Arquivados – Processos resolvidos no terreno

Fonte: GTF, 2013

6.5 – Planeamento das acções referentes ao 2.º eixo estratégico

6.5.1 – Sensibilização

Analisando os comportamentos de risco mais comuns, de acordo com o histórico de incêndios registado, são propostas neste PIMDFC algumas acções de sensibilização, de modo a diminuir o n.º de ocorrências e a área afectada pelos incêndios florestais.

Para além destas acções, pensamos ser de enorme relevância as acções dirigidas para a população escolar, bem como para as áreas mais críticas de risco de incêndio.

O quadro seguinte apresenta as acções de sensibilização previstas realizar neste 2.º eixo estratégico.

De salientar que é pretensão dos três concelhos, a comemoração do dia 21 de Março em conjunto, através de uma acção única e idealizada para a população escolar. Nos restantes meses do ano, a divulgação de informação pontual e dirigida aos vários grupos-alvo.

Quadro 13 – Acções de Sensibilização

CONCELHO	Ano	Acções Previstas	Data	Local
ALMEIRIM	2013	Comemoração do Dia da Árvore	21 de Março	Escolas do concelho
ALPIARÇA	2013	Comemoração do Dia da Árvore	21 de Março	Escolas do concelho
CHAMUSCA	2013	Divulgação sobre a realização de queimas e queimadas – Info-mail população	Maio / Junho	Todo o concelho
ALMEIRIM ALPIARÇA CHAMUSCA	2014	Comemoração do Dia da Árvore	21 de Março	Escolas/Locais a definir
		Divulgação de diversa informação antes do período crítico, referente à DFCI	Janeiro a Maio	Todo o concelho (apoio das Juntas de Freguesia)
	2015	Comemoração do Dia da Árvore	21 de Março	Escolas/Locais a definir
		Divulgação de diversa informação antes do período crítico, referente à DFCI	Janeiro a Maio	Todo o concelho (apoio das Juntas de Freguesia)
	2016	Comemoração do Dia da Árvore	21 de Março	Escolas/Locais a definir
		Divulgação de diversa informação antes do período crítico, referente à DFCI	Janeiro a Maio	Todo o concelho (apoio das Juntas de Freguesia)
	2017	Comemoração do Dia da Árvore	21 de Março	Escolas/Locais a definir
		Divulgação de diversa informação antes do período crítico, referente à DFCI	Janeiro a Maio	Todo o concelho (apoio das Juntas de Freguesia)

Fonte: GTF, 2013

6.5.2 – Fiscalização

Relativamente às acções de fiscalização para as áreas de actuação já definidas, pretende-se que gradualmente as populações tomem consciência dos perigos dos comportamentos de risco.

Sendo assim, apresentamos na **Figura 14** as áreas prioritárias de fiscalização, cuja responsabilidade é maioritariamente da GNR, sendo que todos nós deveremos sensibilizar para melhores comportamentos.

Em termos de meios e recursos, a GNR dispõe de uma patrulha de Equipa de Protecção Florestal (EPF) e a patrulha geral que executam a fiscalização no concelho.

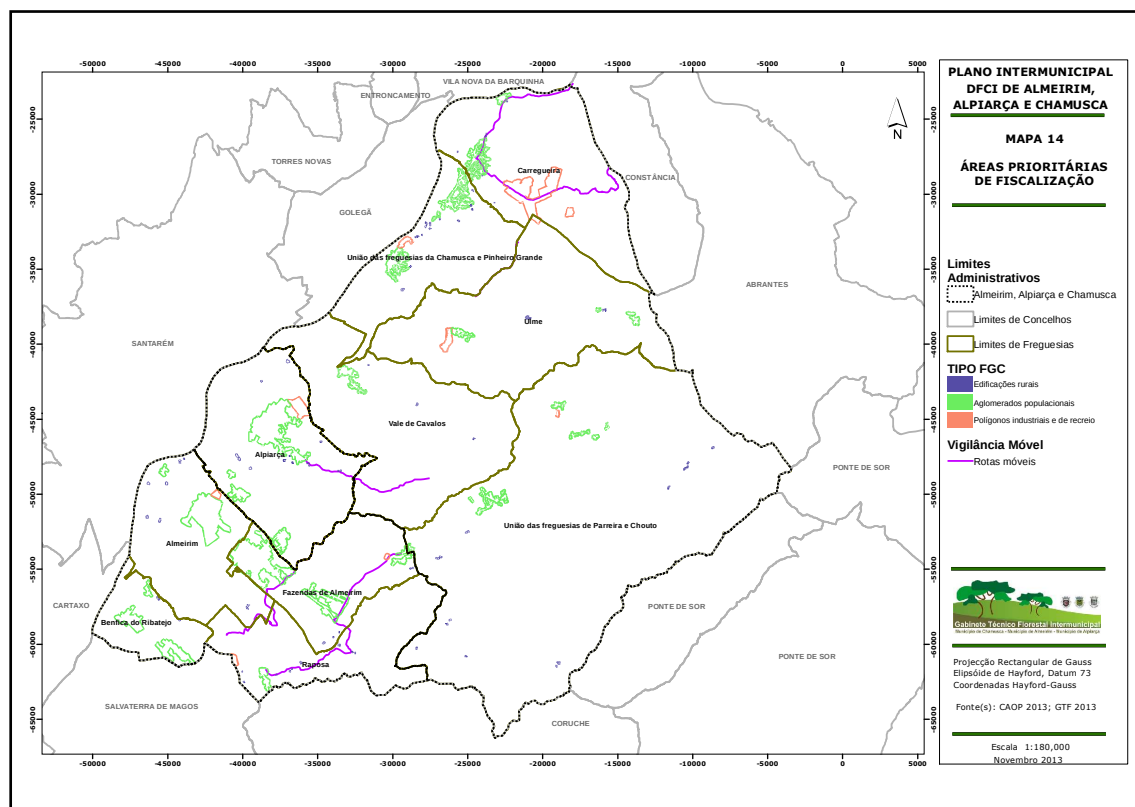


Figura 14 – Mapa com identificação de áreas prioritárias de fiscalização

6.5.3 – Metas e Indicadores

No quadro seguinte apresentam-se as metas e indicadores, em relação às acções de sensibilização e fiscalização a desenvolver para o período de 2013 – 2017.

Quadro 14 – Metas e Indicadores

CONCELHO	ANO	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS E INDICADORES	
ALMEIRIM ALPIARÇA CHAMUSCA	2013	Dia da Árvore	Comemorar o dia 21 de Março	Envolver toda a comunidade escolar
		Divulgação de informação	Promover os bons comportamentos e a defesa da floresta, bens e património florestal	Distribuição de informação em todas as associações, juntas de freguesia
	2014	Dia da Árvore	Comemorar o dia 21 de Março	Para além da população escolar, envolver toda a população rural
		Consciencializar as populações para a protecção e prevenção da floresta	Promover os bons comportamentos e a defesa da floresta, bens e património florestal	Divulgação de informação “porta-a-porta”
		Difundir avisos de risco de incêndio às populações	Fazer chegar a informação às populações, de forma a corrigir comportamentos de risco e baixar o n.º de incêndios	Com o apoio das Juntas de Freguesia, divulgar o risco de incêndio diário durante o período crítico, para toda a população rural
	2015	Dia da Árvore	Comemorar o dia 21 de Março	Para além da população escolar, envolver toda a população rural
		Difundir avisos de risco de incêndio às populações	Fazer chegar a informação às populações, de forma a corrigir comportamentos de risco e baixar o n.º de incêndios	Com o apoio das Juntas de Freguesia, divulgar o risco de incêndio diário durante o período crítico, para toda a população rural
		Planear e executar programas de prevenção direccionada	Aumentar o n.º de acções de patrulhamento e fiscalização	Diminuir o n.º de incêndios em áreas de maior risco
		Utilização de aparelhos GPS no levantamento de áreas ardidas e pontos de início	Melhorar o rigor no levantamento de áreas ardidas e pontos de início	
	2016	Dia da Árvore	Comemorar o dia 21 de Março	Para além da população escolar, envolver toda a população rural
		Consciencializar as populações para a protecção e prevenção da floresta	Promover os bons comportamentos e a defesa da floresta, bens e património florestal	Divulgação de informação “porta-a-porta”
		Difundir avisos de risco de incêndio às populações	Fazer chegar a informação às populações, de forma a corrigir comportamentos de risco e baixar o n.º de incêndios	Com o apoio das Juntas de Freguesia, divulgar o risco de incêndio diário durante o período crítico, para toda a população rural
	2017	Dia da Árvore	Comemorar o dia 21 de Março	Para além da população escolar, envolver toda a população rural

		Difundir avisos de risco de incêndio às populações	Fazer chegar a informação às populações, de forma a corrigir comportamentos de risco e baixar o n.º de incêndios	Com o apoio das Juntas de Freguesia, divulgar o risco de incêndio diário durante o período crítico, para toda a população rural
		Planear e executar programas de prevenção direccionada	Aumentar o n.º de acções de patrulhamento e fiscalização	Diminuir o n.º de incêndios em áreas de maior risco
		Utilização de aparelhos GPS no levantamento de áreas ardidas e pontos de início	Melhorar o rigor no levantamento de áreas ardidas e pontos de início	

Fonte: GTF, 2013

6.5.4 – Orçamento e Responsáveis

No quadro 15 apresentam-se as entidades responsáveis para cada meta e indicador definido anteriormente. A estimativa orçamental apresenta-se sem definição, pois dependerá sempre do tipo de informação a produzir e de toda a conjuntura económica dos municípios.

Quadro 15 – Orçamentos e Responsáveis

CONCELHO	ANO	METAS E INDICADORES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL (€)
ALMEIRIM ALPIARÇA CHAMUSCA	2013 A 2017	Comemorar o dia 21 de Março	Câmaras Municipais/GTFI	s/d
		Promover os bons comportamentos e a defesa da floresta, bens e património florestal	CIMDFCI	s/d
		Fazer chegar a informação às populações, de forma a corrigir comportamentos de risco e baixar o n.º de incêndios	SMPC/GTF	s/d
		Aumentar o n.º de acções de patrulhamento e fiscalização	GNR	s/d
		Melhorar o rigor no levantamento de áreas ardidas e pontos de início	GNR	s/d

Fonte: GTF, 2013

7 - 3.º EIXO ESTRATÉGICO – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios preventivos, deve ter em atenção as disponibilidades dos recursos, de modo a garantir a detecção e extinção rápidas dos incêndios, antes que estes atinjam grandes proporções.

É necessário definir canais de comunicação, formas de actuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades envolvidas, contribuindo assim para uma melhor resposta de todos, relativamente à enorme catástrofe que são os incêndios florestais.

7.1 – Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos para a melhoria do ataque e da gestão de incêndios são:

- ✓ Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1.ª intervenção;
- ✓ Adequação da capacidade de 1.ª intervenção;
- ✓ Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.

7.2 – Objectivos Operacionais

Os objectivos operacionais para este 3.º eixo estratégico, serão atingidos através da execução das seguintes acções:

- ✓ Estruturação e gestão da vigilância e da detecção como um sistema integrado;
- ✓ Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção;
- ✓ Garantia da correcta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio;
- ✓ Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

7.3 – Acções a desenvolver

As acções de planeamento para a melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, e segundo orientações constantes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), são as seguintes:

- ✓ Execução e inventariação dos meios e recursos existentes nos três municípios;
- ✓ Definição de sectores territoriais de DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio;
- ✓ Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e detecção;
- ✓ Identificação dos elementos do território relevantes para o apoio à decisão.

7.4 – Vigilância e Detecção

A vigilância e detecção são duas acções com o objectivo de evitar incêndios florestais ou que estes atinjam grandes proporções.

Nos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca as entidades envolvidas na vigilância e detecção são:

- ✓ BVA – Bombeiros Voluntários de Almeirim;
- ✓ BMA – Bombeiros Municipais de Alpiarça;
- ✓ BVC – Bombeiros Voluntários da Chamusca;
- ✓ ACHAR – Equipas de Sapadores Florestais / Vigilantes Florestais;
- ✓ APFC – Associação de produtores Florestais de Coruche;
- ✓ AFOCELCA
- ✓ GNR – Guarda Nacional Republicana.

As três corporações de bombeiros efectuam a vigilância em todo o território, bem como as equipas de sapadores florestais da ACHAR, APFC e AFOCELCA, de acordo com as suas zonas de acção definidas em mapa. A GNR efectua vigilância móvel, cestando disponíveis sempre para qualquer ocorrência.

Na avaliação da vigilância e detecção, o cruzamento entre as várias bacias de visibilidade – postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento (LEE) – dá-nos a percepção de que os três municípios têm os seus territórios vigiados com estas infraestruturas e respectivas entidades de apoio (ver **figura 15**).

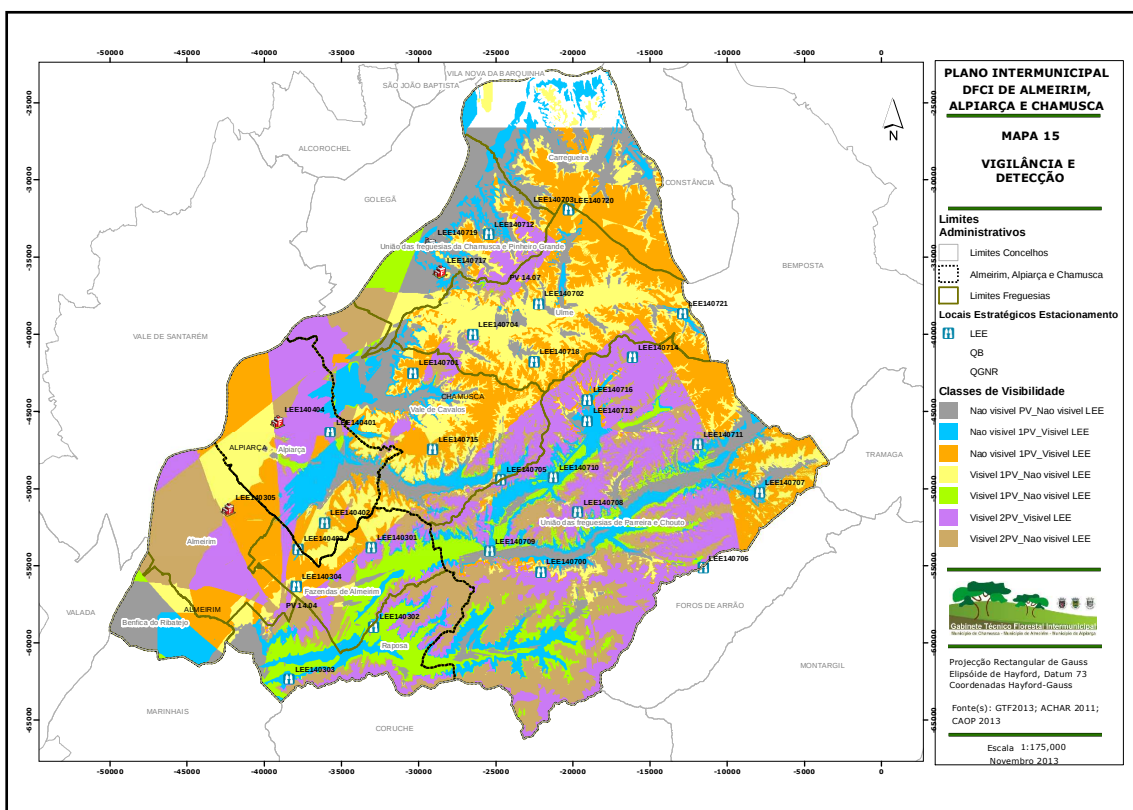


Figura 15 – Vigilância e Detecção nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

Se verificarmos a relação entre o nr. de incêndios e o nr. total de equipas disponíveis em 2012 (ver **quadro 16**), constatamos que na fase Alfa o n.º de incêndios registados foram elevados para o período bem como para o nr. de equipas em vigilância. No entanto, o registo anormal de incêndios neste período devido a queimas e queimadas, teve esta consequência.

No quadro abaixo apresenta-se a relação entre n.º de incêndios e o nr. total de equipas disponíveis na vigilância e detecção, do último ano disponível (2012), nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo.

Quadro 16 - Índice entre o n.º de incêndios florestais e n.º total de equipas de vigilância e detecção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo – Ano 2012

CONCELHO	Fases	Entidade - N.º Equipas		N.º Incêndios		N.º Incêndios / Equipa
ALMEIRIM ALPIARÇA CHAMUSCA	ALFA	GNR ALMEIRIM	2	Almeirim	28	21.3
		GNR ALPIARÇA	1	Alpiarça	13	
				Chamusca	23	
		SUB-TOTAIS	3	64		
	BRAVO	ACHAR	7	Almeirim	5	0.71
		APFC	7	Alpiarça	6	
		BV ALMEIRIM	1	Chamusca	4	
		BM ALPIARÇA	1			
		GNR ALMEIRIM	2			
		GNR ALPIARÇA	1			
		BV CHAMUSCA	1			
		GNR CHAMUSCA	1			
		SUB-TOTAIS	21	15		
	CHARLIE	ACHAR	7	Almeirim	24	2.76
		APFC	7	Alpiarça	21	
		AFOCELCA	2	Chamusca	24	
		BV ALMEIRIM	1			
		BM ALPIARÇA	1			
		GNR ALMEIRIM	2			
		GNR ALPIARÇA	1			
		BV CHAMUSCA	1			
		GNR CHAMUSCA	1			
		POSTOS DE VIGIA	2			
		SUB-TOTAIS	25	69		
	DELTA	GNR ALMEIRIM	2	Almeirim	0	0
		GNR ALPIARÇA	1	Alpiarça	0	
				Chamusca	0	
		SUB-TOTAIS	3	0		
	ECHO	GNR ALMEIRIM	2	Almeirim	0	0
		GNR ALPIARÇA	1	Alpiarça	0	
				Chamusca	0	
		SUB-TOTAIS	3	0		

Fonte: GTF, 2013

7.5 – 1.ª Intervenção

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, refere que os factores críticos de sucesso intrínsecos à 1.ª Intervenção são, a mobilidade e a rapidez de intervenção com meios devidamente dimensionados ao risco e recursos humanos com a formação adequada.

As acções de 1.ª Intervenção deverão ser assim desenvolvidas, pelos agentes que posicionados no terreno, colaboram nas acções de vigilância e detecção e têm capacidade de actuar pela proximidade do início das ignições.

No quadro abaixo apresenta-se a relação das entidades, número de equipas e respectivos elementos e registo do n.º de incêndios, do último ano disponível (2012), nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo.

Quadro 17 – Índice entre o n.º de incêndios florestais e equipas e n.º de elementos de 1.ª intervenção nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo – Ano 2012

CONCELHO	Fases	Entidade - N.º Equipas		N.º Elementos	N.º Incêndios		N.º Incêndios / Equipa
ALMEIRIM ALPIARÇA CHAMUSCA	ALFA	GNR ALMEIRIM	2	7	Almeirim	28	21.3
		GNR ALPIARÇA	1	2	Alpiarça	13	
					Chamusca	23	
		SUB-TOTAIS	3	9	64		
	BRAVO	ACHAR	7	14	Almeirim	5	0.68
		APFC	7	18	Alpiarça	6	
		BV ALMEIRIM	1	5	Chamusca	4	
		JF Fazendas Almeirim	1	3			
		BM ALPIARÇA	1	5			
		GNR ALMEIRIM	2	7			
		GNR ALPIARÇA	1	2			
		BV CHAMUSCA	1	5			
		GNR CHAMUSCA	1	2			
		SUB-TOTAIS	22	56	15		
	CHARLIE	ACHAR	7	14	Almeirim	24	2.87
		APFC	7	18	Alpiarça	21	
		AFOCELCA	2	9	Chamusca	24	
		BV ALMEIRIM	1	5			
		JF Fazendas Almeirim	1	3			
		BM ALPIARÇA	1	10			
		GNR ALMEIRIM	2	7			
		GNR ALPIARÇA	1	2			
BV CHAMUSCA		1	5				
		1	2				
	SUB-TOTAIS	24	75	69			
DELTA	GNR ALMEIRIM	2	7	Almeirim	0	0	
	GNR ALPIARÇA	1	2	Alpiarça	0		
				Chamusca	0		
	SUB-TOTAIS	3	9	0			
ECHO	GNR ALMEIRIM	2	7	Almeirim	0	0	
	GNR ALPIARÇA	1	2	Alpiarça	0		
				Chamusca	0		
	SUB-TOTAIS	3	9	0			

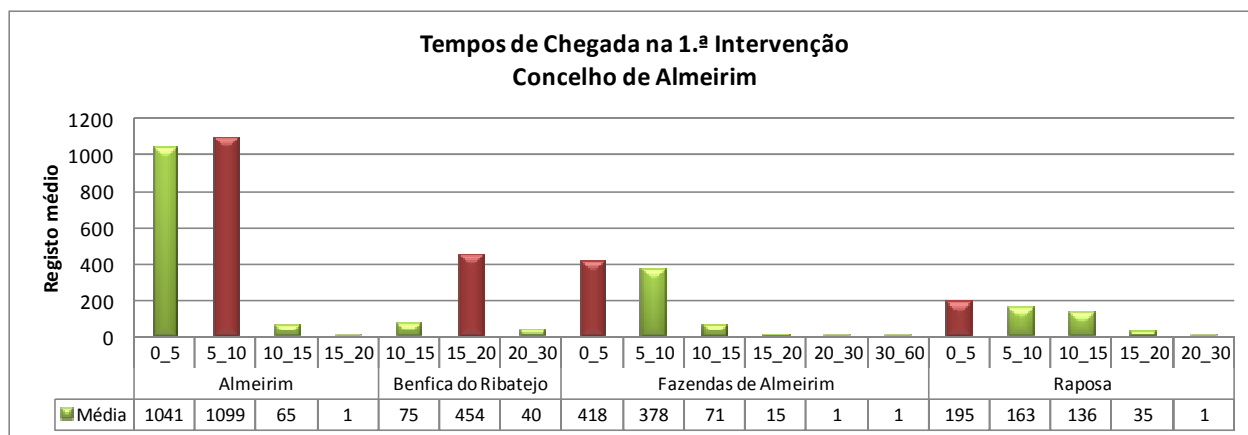
Fonte: GTF, 2013

De acordo com o quadro acima representado, a fase Alfa apresenta um índice de n.º incêndios/equipa de 21.3, que é elevado para a altura. No entanto, há que salientar que em 2012, este período registou muitas ocorrências devido a queimas e queimadas mal orientadas, como já foi referido anteriormente.

Os gráficos seguintes apresentam a média dos tempos de chegada na 1.ª intervenção, nos três concelhos, por freguesia.

Recorde-se que os tempos de chegada foram calculados com base nos LEE e tipo de rede viária definidos.

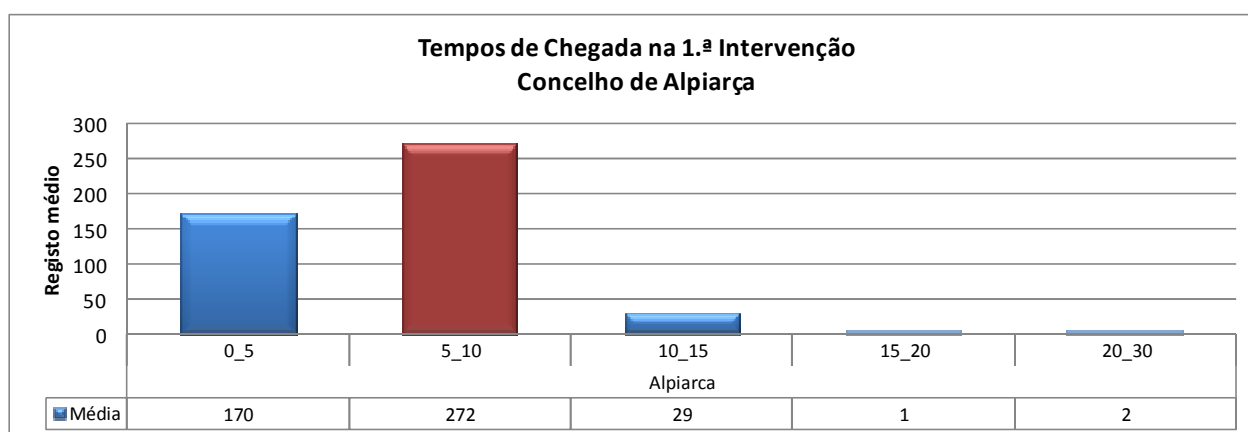
Gráfico 1 – Tempos de Chegada na 1.ª Intervenção no Concelho de Almeirim/Freguesias



Fonte: GTFI

No concelho de Almeirim, os tempos de chegada para a 1.ª intervenção diferem nas freguesias de Almeirim e Benfica do Ribatejo, onde a média é de 5-10 minutos e 15-20 minutos, respectivamente. Nas freguesias de Fazendas de Almeirim e Raposa o tempo de chegada é de 0-5 minutos.

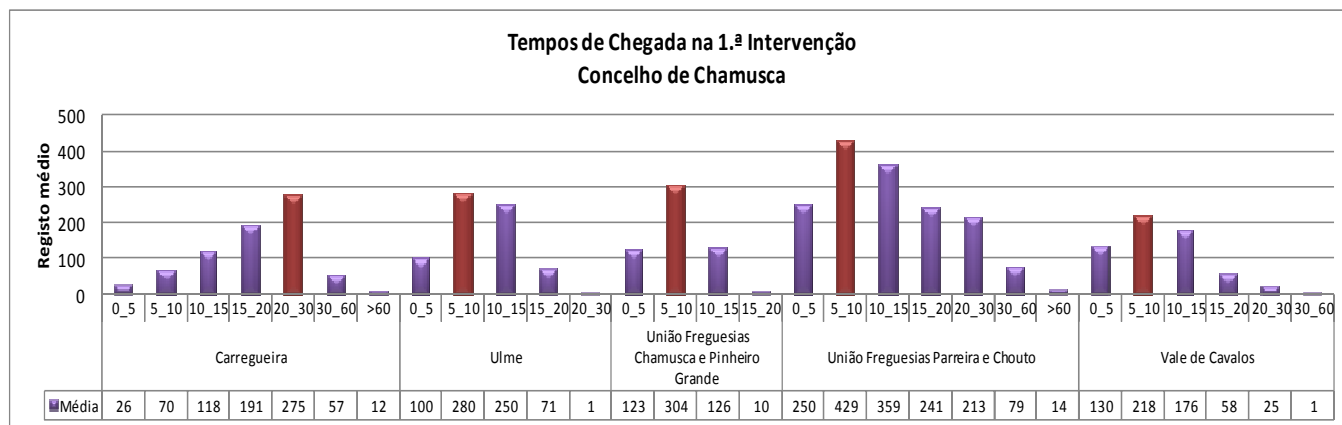
Gráfico 2 – Tempos de Chegada na 1.ª Intervenção no Concelho de Alpiarça



Fonte: GTFI

No concelho de Alpiarça o tempo de chegada previsto é de 5-10 minutos, e acima dos 15 minutos o registo é quase insignificante.

Gráfico 3 - Tempos de Chegada na 1.ª Intervenção no Concelho de Chamusca/Freguesias



Fonte: GTFI

No concelho de Chamusca a freguesia de Carregueira regista um tempo médio entre 20-30 minutos. Se visualizarmos o mapa dos LEE definidos, é possível verificar que o LEE mais próximo encontra-se no limite de freguesia. A existência do Eco-Parque do Relvão, preocupante no n.º de ocorrências que se registam todos os anos, torna necessário a definição de um local estratégico mais a norte do concelho.

7.6 – Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios refere que os principais factores críticos de sucesso intrínsecos ao combate são, a capacidade de comando das operações e de coordenação das várias entidades envolvidas, bem como de mobilização dos meios necessários e a adopção da tática adequada.

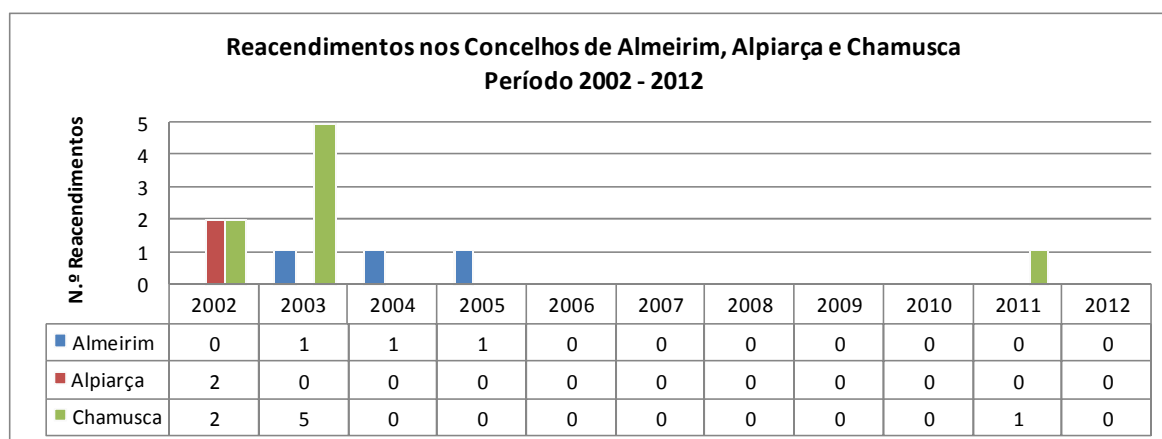
O rescaldo é uma das fases do combate, pelo que o responsável da operação tem de garantir a sua correcta e eficaz execução, de modo a ser possível intervir rapidamente em caso de reacendimentos.

Esta operação é efectuada pelas equipas que se encontrem no combate directo às chamas, que só abandonam o local depois de assegurarem que estão extintas quaisquer formas de combustão na área afectada.

A vigilância pós-incêndio é uma operação onde as entidades intervenientes deverão se certificar que não existem sinais de actividade de combustão. Tal como nas operações anteriores, o emprego dos recursos humanos qualificados para o efeito, implica a adequação de medidas de coordenação.

É uma operação efectuada pelos bombeiros em conjunto com as equipas de Sapadores Florestais que se encontrarem no local, tomando atenção permanente à área afectada e sua envolvente, de modo a se certificarem que não existem sinais de actividade de combustão.

Gráfico 4 – Reacendimentos nos Concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca – Período 2002 / 2012



Fonte: SGIF

7.7 – Planeamento das Acções referentes ao 3.º Eixo Estratégico

Neste 3.º eixo estratégico apresentamos algumas acções e metas que esperamos gradualmente realizar e como tal, não está especificado o ano. No **Quadro 18** mostramos as metas e indicadores, relativas à vigilância e detecção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

7.7.1 – Metas e Indicadores

Quadro 18 – Metas e Indicadores

CONCELHO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	ACÇÕES A DESENVOLVER	METAS E INDICADORES	
ALMEIRIM ALPIARÇA CHAMUSCA	2013 A 2017	Vigilância, Detecção e 1. ^a Intervenção	Melhorar a rede de comunicações das várias equipas de vigilância e 1. ^a intervenção	Aquisição de equipamento de rádio e telecomunicações
		Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	Melhorar os meios e recursos de apoio	Aquisição de EPI Formação Profissional direccionada

As acções e metas não apresentam estimativa orçamental, pois os indicadores apresentados dependerão de apoios e de futuras decisões da CIMDFCI.

A entidade responsável pelo melhoramento do dispositivo será a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em conjunto com as diversas entidades que a compõem.

8 - 4.º EIXO ESTRATÉGICO – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas

Neste 4.º eixo estratégico o objectivo principal é recuperar e reabilitar os ecossistemas, através da avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e da implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.

A recuperação e reabilitação dos espaços rurais pressupõem dois níveis de actuação:

- ✓ Intervenções de curto prazo, designadas por estabilização de emergência, cujo objectivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas);

- ✓ Intervenções de médio prazo, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, que têm por objectivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afectados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

Nas intervenções de estabilização de emergência há sobretudo que estabelecer prioridades e tipos de intervenção, especialmente vocacionadas para o controlo da erosão, em função dos elementos fisiográficos mais relevantes (declives e extensão de encostas), e da cobertura do solo. Nestas situações deve ser avaliada a necessidade, ou não, de intervenção sobre os três elementos mais importantes: encostas, linhas de água e rede viária florestal.

As acções de reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais, devem aproveitar a oportunidade que os incêndios, apesar de tudo, criam para alterações estruturais no território, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com princípios de defesa da floresta e boa gestão floresta. Para tal, deve ser dada atenção à remoção do material lenhoso ardido, ao aproveitamento da regeneração natural, à beneficiação do arvoredo existente e à construção e manutenção/beneficiação da rede viária florestal e elementos de descontinuidade.

O planeamento municipal de defesa da floresta contra incêndios deve avaliar e identificar, a vulnerabilidade dos ecossistemas face aos incêndios florestais, com base na capacidade potencial de regeneração da vegetação após o fogo, no potencial de degradação do solo e na prioridade territorial para execução das acções em caso de incêndio florestal.

8.1 – Objectivos Estratégicos e Operacionais

O objectivo estratégico deste 4.º eixo é recuperar e reabilitar ecossistemas. Para tal, há que avaliar e mitigar os impactes causados pelos incêndios, implementando estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

As acções a desenvolver para atingir os objectivos são as seguintes:

- ✓ Identificar as necessidades potenciais de acções de emergência e de reabilitação, para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo;

- ✓ Definir tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas, promovendo o controlo de erosão, protecção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e *habitats* mais sensíveis.

8.2 – Planeamento das Acções referentes ao 4.º Eixo Estratégico

8.2.1 – Estabilização de Emergência

Após a época de incêndios, a ocorrência de precipitação origina fenómenos erosivos, nomeadamente, nos locais de maior declive.

Sendo assim, é importante definir medidas preventivas de:

- ✓ Protecção dos recursos naturais;
- ✓ Protecção das infraestruturas;
- ✓ Segurança das populações.

As intervenções a definir para mitigar os efeitos negativos da erosão são:

ENCOSTAS

- ✓ Instalação de barreiras e troncos;
- ✓ Instalação de barreiras de resíduos florestais;
- ✓ Abertura de regos segundo as curvas de nível.

LINHAS DE ÁGUA

- ✓ Limpeza e desobstrução de leitos;
- ✓ Consolidação das margens;
- ✓ Obras de correcção torrencial de pequena dimensão.

CAMINHOS/REDE VIÁRIA FLORESTAL

- ✓ Consolidação de encostas e taludes;
- ✓ Corte e remoção de árvores caídas;
- ✓ Limpeza e desobstrução de valetas;
- ✓ Construção de valetas e valas de drenagem;

- ✓ Regularização, nivelamento e consolidação da rede viária danificada.

Nas áreas percorridas por incêndios, também é aconselhável que em futuras arborizações, a escolha da espécie a implantar seja adaptada à região, de preferência de combustão lenta, criando assim mosaicos de descontinuidade em zonas maioritariamente de eucalipto.

Todas estas medidas estão disponíveis no site do ICNF, nos vários relatórios disponíveis de estabilização de emergência.

8.2.2 – Reabilitação de Povoamentos e Habitats Florestais

No caso dos povoamentos florestais afetados pelo fogo, dificilmente se podem estimar os prejuízos diretos no momento imediato à sua passagem.

A resposta da vegetação à passagem do fogo constitui um aspeto fundamental que muito condiciona a definição de objetivos de gestão para cada parcela e dos modelos de silvicultura a aplicar. No entanto, é reconhecida a importância e o valor do território nas componentes da conservação da natureza, bem como da existência de um elevado potencial do risco de desertificação.

Uma parte substancial dos povoamentos ardidos manterão a produção como função dominante, pelo que importa acompanhar de forma próxima a resposta do mesmo à passagem do fogo.

Esta monitorização poderá apoiar-se nos planos de gestão florestal elaborados e aprovados, onde são identificadas e caracterizadas as formações vegetais existentes ao nível da parcela designadamente: espécie, composição, regime cultural, modo de tratamento, idade e fases de desenvolvimento, percentagem de coberto, densidade, altura dominante, diâmetro médio, qualidade do arvoredo, sanidade e estado vegetativo, origem (regeneração natural, artificial), qualidade da estação (no caso de produção lenhosa).

Os serviços regionais do ICNF, em articulação com as entidades gestoras das ZIF e com os proprietários afectados, deverão identificar as componentes dos PGF em vigor e intervir no terreno de acordo com os mesmos.

Todas as medidas atrás descritas, também estão disponíveis nos vários relatórios que o ICNF coloca no site.

9 - 5.º EIXO ESTRATÉGICO – Adopção de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz

A concretização das acções definidas no Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIMDFCI) apenas será possível, através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos envolvidos na defesa da floresta. Esta organização requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas acções.

A atribuição de responsabilidades ao ICNF (Instituto de Conservação de Natureza e Florestas), à ANPC (Autoridade Nacional de Protecção Civil) e à GNR (Guarda Nacional Republicana), obriga a que em cada entidade seja definida uma organização interna funcional, capaz de satisfazer de forma coerente e com elevado nível de resposta, o cumprimento das missões que lhe são atribuídas.

Ao nível municipal, neste caso intermunicipal, a CIMDFCI (Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) é a estrutura de articulação entre as diferentes entidades e tem como missão a coordenação de acções, no que se refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI. Este plano é o instrumento orientador do planeamento integrado dessas acções.

9.1 – Objectivos Estratégicos e Operacionais

Os objectivos estratégicos e operacionais constantes no plano nacional para este eixo, baseiam-se na operacionalização da própria comissão intermunicipal de DFCI. Para tal, é necessário fomentar as operações de defesa da floresta e garantir o apoio técnico e logístico.

As acções a desencadear para atingir os objectivos são as seguintes:

- ✓ Identificar as entidades intervenientes na DFCI, definindo as suas competências na implementação das diferentes acções;
- ✓ Planificar formação para as diferentes entidades intervenientes no sistema de DFCI;

- ✓ Promover a articulação entre as entidades, visando a melhoria qualitativa da informação contida no Plano Operacional Intermunicipal (POIM), elaborado anualmente;
- ✓ Promover a harmonização dos conteúdos do PIMDFCI/POIM;
- ✓ Elaborar um cronograma de reuniões da CIMDFCI;
- ✓ Estabelecer a data de aprovação do POIM, que não deve exceder o 15 de Abril de cada ano;
- ✓ Explicitar o período de vigência do PIMDFCI, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

9.2 – Planeamento das acções referentes ao 5.º Eixo Estratégico

9.2.1 – Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI)

Na organização do SDFCI dos três concelhos em análise, encontramos as corporações de bombeiros destes concelhos, respectivas equipas do SEPNA e EPF da GNR, as equipas de sapadores florestais das 2 associações de produtores florestais (ACHAR e APFC), a AFOCELCA e por fim a Comissão Intermunicipal de DFCI que articula as diferentes competências destas entidades.

O **quadro 19** mostra as competências de cada uma das entidades.

Quadro 19 – Entidades intervenientes no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI) e identificação das respectivas competências

ENTIDADES SDDFCI	COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO							
	Informação Educação	Patrulhamento Fiscalização	Vigilância	1. ^a Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-Incêndio	Despistagem das Causas
CIMDFCI (GTFI)								
Corporações Bombeiros								
GNR (SEPNA e EPF)								
Equipas/Briga das Sapadores Florestais								
AFOCELCA								

Legenda

	Com competência
	Sem competência

No **quadro 20** apresentamos o programa de formação, de acordo com as necessidades de cada entidade. A concretização destas acções, dependerá da existência das mesmas e da disponibilidade de cada entidade para frequentar. Desta forma, não estão definidos períodos específicos no cronograma de formação.

O curso direccionado para os sapadores florestais de podas e desbastes de sobreiros, decorrerá no início do ano 2014.

Quadro 20 – Programa de Formação

ENTIDADE	Acção de Formação	Estimativa de Orçamento
ACHAR GTFI Bombeiros	Curso Avançado de Recuperação de Áreas Ardidas Fogo Controlado	+/- 2000€
Sapadores Florestais	Curso de Podas e Desbastes de Sobreiros	Gratuito

A CIMDFCI ao longo de cada ano, reúne três vezes por ano. O quadro 21 apresenta a calendarização prevista para a realização dessas mesmas reuniões.

Salienta-se no entanto, que em caso de extrema necessidade, a CIMDFCI será convocada extraordinariamente.

Quadro 21 – Calendarização anual das reuniões da CIMDFCI

REUNIÕES CIMDFCI	CALENDARIZAÇÃO ANUAL
1. ^a Reunião	10 de Abril
2. ^a Reunião	15 de Outubro

O **Plano Operacional Intermunicipal** (POIM), elaborado anualmente, deverá ser aprovado na 1.^a reunião da CIMDFCI, não ultrapassando assim a data imposta por lei, o 15 de Abril de cada ano.

O **Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** (PIMDFCI) presente nos cadernos I e II, estará em vigor durante cinco anos compreendidos no período 2013 – 2017.

10 – ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PIMDFCI

A estimativa de orçamento total resulta da compilação dos valores apresentados em cada eixo estratégico, para o desenvolvimento das actividades necessárias ao cumprimento das metas e indicadores definidos.

Esta estimativa contribui para uma análise global do investimento em DFCI em cada município.

10.1 – Orçamento Total

A estimativa orçamental neste plano de defesa da floresta contra incêndios, apenas está relacionada com acções de operacionalidade na execução das faixas de gestão de combustível, reflectindo a prioridade dos concelhos em análise. A execução de actividades nos restantes eixos, dependerão de apoios e de decisões pontuais, face à actual conjuntura económica dos municípios.

Quadro 22 – Estimativa Orçamental do PIMDFCI dos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca

CONCELHO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	EIXO ESTRATÉGICO	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL (TOTAL)
ALMEIRIM	2013 A 2017	1.º EIXO	74 228.55€
ALPIARÇA	2013 A 2017	1.º EIXO	58 122.90€
CHAMUSCA	2013 A 2017	1.º EIXO	215 765.90€
		TOTAL	348 177.35€